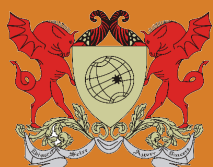


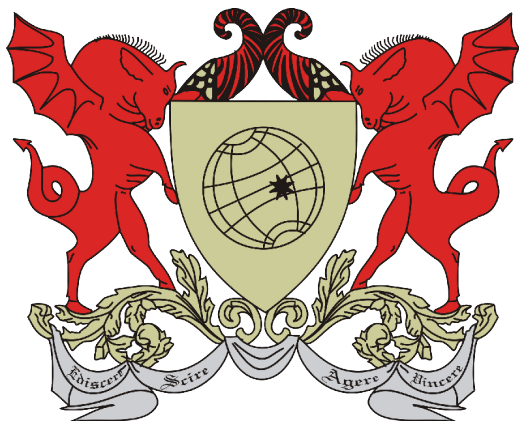
HISTÓRIA MODERNA II

Luiz Lima Vailati



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva

cead

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

VAILATI, Luiz L. - História Moderna II. Viçosa - MG, 2012.

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Pedro Augusto

Capa: Diogo Rodrigues

Revisão Final: João Batista Mota



HISTÓRIA MODERNA II

Luiz Lima Vailati



SUMÁRIO

- 05** INTRODUÇÃO
- 06** A REVOLUÇÃO INGLESA: A PARTICULARIDADE DO ESTADO MONÁRQUICO INGLÊS
- 10** A REVOLUÇÃO INGLESA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO
- 14** A REVOLUÇÃO INGLESA: O DIREITO DOS INDIVÍDUOS
- 18** A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: POR QUE A INGLATERRA É SEU BERÇO?
- 23** COMO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL TRANSFORMOU O MUNDO DO DINHEIRO E DO TRABALHO
- 28** A INTERPRETAÇÃO MARXISTA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
- 33** A REVOLUÇÃO AMERICANA: O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO
- 38** A REVOLUÇÃO AMERICANA: LIBERDADE E CIDADANIA
- 42** A REVOLUÇÃO AMERICANA NO FEDERALISMO AMERICANO
- 46** A REVOLUÇÃO FRANCESA: A “INTERPRETAÇÃO DE ESQUERDA”
- 50** A REVOLUÇÃO FRANCESA: A INTERPRETAÇÃO DE FRANÇOIS FURET
- 54** A REVOLUÇÃO FRANCESA: A IDEIA DE NAÇÃO E REVOLUÇÃO

Introdução

A apostila que você tem em mãos servirá de apoio aos seus estudos durante o curso, atuando como complemento ao texto de leitura obrigatória, às aulas e demais atividades desenvolvidas ao longo do semestre.

Ela foi produzida tendo em vista os seguintes objetivos:

1. Ajudar no entendimento da estrutura e lógica internas dos textos de leitura obrigatória, instrumentalizando o aluno no desenvolvimento da compreensão de textos acadêmicos.
2. Tornar clara as questões principais dos textos, isto é, aquelas que orientaram a reflexão dos autores analisados e a forma como eles procuram responder a elas.
3. Explicitar as questões e informações que, à luz dos objetivos da disciplina e do conjunto de assuntos e textos nela trabalhados, têm interesse particular para nós.

Para atender a esses objetivos, cada capítulo - equivalente a cada uma das aulas - foi subdividido em itens que, por sua vez, estão organizados na forma de questões, que correspondem às indagações principais tanto dos autores estudados quanto àquelas que julgamos importantes aos objetivos da disciplina.

Devo reiterar, mais uma vez, que apostila deverá ser utilizada exclusivamente como recurso para orientar as leituras do curso e fazer a revisão dos estudos, mas nunca para substituir os textos obrigatórios. Isso porque, se a função dela é ajudar no esclarecimento dos textos, a recíproca também é verdadeira: a inteligibilidade adequada e abrangente do que aqui é apresentado depende, evidentemente, da leitura cuidadosa desses textos.

Logo, a apostila sozinha não é suficiente para a formação adequada do aluno e, portanto, para o desempenho minimamente esperado nas avaliações, uma vez que ainda que oriente a leitura, não pretende esgotá-la. Bons estudos!

A Revolução Inglesa: a particularidade do Estado monárquico inglês

Texto-base:

ANDERSON, Perry. Inglaterra. In: *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo. Brasiliense, 1995, p.113-142.

1. Apresentação do texto

Vamos iniciar as reflexões sobre a Revolução Inglesa de 1640 tendo como referência o texto *Inglaterra*, do historiador marxista Perry Anderson. O seu objetivo foi analisar as linhagens do Estado monárquico inglês, desde a Idade Média até a Idade Moderna, bem como sinalizar as principais mudanças políticas, econômicas e religiosas ocorridas entre o rei, a nobreza e a burguesia, que culminaram no processo revolucionário.

Como isso foi possível? Qual era a especificidade da Inglaterra que permitiu uma transformação política tão radical? Quais os interesses econômicos políticos e religiosos que estavam em jogo? Essas são algumas das indagações a serem consideradas nesse tópico.

2. A excepcionalidade da monarquia inglesa

- Sabemos que a Inglaterra foi uma das primeiras regiões da Europa, ainda na Idade Média, a se constituir como país por meio de um Estado monárquico. Além disso, suas características, segundo Perry Anderson, faziam dela “sem rival”, incomparável. Por quê?

Era “sem rival” porque se, por um lado, fortaleceu-se na Guerra dos 100 anos (1337-1453) contra a França, revelando-se e consolidando-se como a mais proeminente monarquia medieval, por outro lado, esse processo de consolidação se fez limitado pela expressiva participação da nobreza no parlamento - ainda que a Guerra das Duas Rosas (1455-1485) tenha colaborado para acirrar as disputas internas, enfraquecendo a nobreza. Diante disso, a Inglaterra, a mais forte dentre as monarquias medievais, foi justamente a que produziu o absolutismo mais fraco, limitado em seu poder de ação e, portanto, de menor duração.

- Como isso foi possível, uma vez que grande parte dos governos monárquicos, como o espanhol, o português e o francês, surgiram, permaneceram e se desenvolveram, ao longo da Idade Moderna, por meio de regimes absolutistas?

Isso se explica, segundo Anderson, pelo fato do poder pessoal do rei, na Inglaterra, ter sido tradicionalmente acompanhado por precoces instituições da classe dominante feudal com características coletivas representadas nos parlamentos, instituições essas que compartilhavam com o rei o poder, ao deliberarem sobre as decisões políticas a serem tomadas. Vale mencionar que essa classe dominante, representada no parlamento, era de fato a nobreza e o clero.

Desse modo, o que ocorria no sistema monárquico inglês, de acordo com Perry Anderson, era uma centralização concorrente, tanto do poder real como da representação dos nobres, no seio da organização política desse país desde o período medieval. Os cavaleiros, barões e bispos eram os que se dispunham da representação regular no parlamento, assegurando uma tradicional limitação negativa ao poder legislativo do rei. Com efeito, havia uma fusão entre monarquia e nobreza no plano judicial e administrativo locais, o que implicava que nenhum monarca poderia decretar novos estatutos sem o consentimento do parlamento.

3. Dinastia dos Tudor: os limites impostos ao catolicismo na Inglaterra e suas consequências

- **A Dinastia dos Tudor governou a Inglaterra no início da Era Moderna num esforço para fortalecer as instituições centrais do poder real. Como isso foi feito, segundo Anderson?**

Advindo como consequência política da Guerra das Duas Rosas (Casa de York *versus* Casa de Lancaster - 1455-1485), a Dinastia dos Tudor procurou ampliar o poder do rei, entrando em conflito com o poder sem precedentes adquirido pela igreja católica, no que diz respeito a terras, força política e influência espiritual. Em 1530, Henrique VIII travou uma indisposição irreconciliável com o papa devido à sua vontade de se divorciar e de limitar o poder dessa instituição religiosa no país, o que resultou não apenas no seu rompimento com a igreja católica, mas também na fundação de uma nova Igreja cristã reformada, a Anglicana. Esse fato propiciou a transferência do controle de todo o aparelho eclesiástico para as suas mãos e a ampliação das divisas econômicas do Estado.

O processo foi acompanhado por outras medidas às quais os Tudor recorreram para ampliar o poder da monarquia absolutista inglesa, como a reorganização da burocracia central e a elevação do cargo de secretário do rei ao mais alto posto ministerial. Não obstante, ao mesmo tempo em que isso era feito, o próprio rei Henrique VIII dos Tudor vendeu à nobreza as terras antes pertencentes à igreja católica, o que equivalia a cerca de $\frac{1}{4}$ das terras da Inglaterra. Esse dado, ao longo prazo, segundo o historiador inglês, teve como efeito o enfraquecimento do poder do Estado monárquico e o fortalecimento político da nobreza mercantil, abrindo as possibilidades para o maior desenvolvimento comercial.

4. A mudança de função da nobreza

- **Como se processa, segundo Anderson, a mudança de função da nobreza na Inglaterra?**

O autor lembra que a Inglaterra no início da Era Moderna não tinha um aparato militar substantivo, até porque era uma ilha, ou seja, não precisava de uma força militar permanente, organização extremamente necessária na defesa de muitas das regiões do continente europeu. Durante a Idade Média, eram os nobres a classe militarizada e predatória, mas na medida em que enriqueceram economicamente, se desmilitarizaram.

Assim, houve, segundo Perry Anderson, uma progressiva dissociação da nobreza à função militar básica definida pela ordem medieval, dando margem ao surgimento, já no século XVII, de uma nobreza rural fortalecida economicamente, o que sinalizava a emergência de um capitalismo rural e de um exército reconstituído, fundamentalmente, por mercenários. Essa propensão não militar e protocomericial produziu uma diversidade de renda e de funções da nobreza inglesa. Por exemplo, se antes existia o suserano e o vassalo no contexto medieval, agora, no início da era moderna, passara a existir a necessidade de outros graus de nobreza como *duques, marqueses, barões* e *viscondes*. Nesse



quadro, a Dinastia dos Tudor se diferenciava das demais do continente europeu, pois estava limitada pela nobreza economicamente poderosa que a cercava.

5. A questão religiosa, o desenvolvimento comercial naval e o regime absolutista

- Para Anderson, as crises religiosas e a ascensão da burguesia eram capazes, sozinhas, de derrubar o regime monárquico absolutista?

Anderson reconhece que a conversão dos Tudor à Igreja Anglicana não foi consensual; ao contrário, gerou crises religiosas e inquietações camponesas no país, principalmente, nos governos de Eduardo VI e Elizabeth I, uma vez que a repressão às atividades de católicos e de alguns protestantes e as intrigas da nobreza levaram a graves instabilidades sociais e políticas, a ponto das perseguições resultarem em milhares de mortos e fugas de parte da população para regiões recém-descobertas, como a América do Norte. Esse aspecto se intensificou quando a Inglaterra conquistou a Irlanda, predominantemente católica naquele período.

No entanto, para Anderson, a Revolução Inglesa não é compreensível apenas pelas crises religiosas e pela já comentada ascensão da nobreza mercantil, mas sim pela mudança política que procurou forjar a todo custo na Inglaterra uma monarquia absolutista sem igual. Como Elizabeth I da Dinastia dos Tudor não deixou descendentes, em 1603, a Dinastia dos Stuart, escocesa, chegou ao poder na Inglaterra com o rei Jaime I. A tradição de governo dos Stuart era absolutista e não poderia ser, de acordo com Anderson, aplicada à Inglaterra, pois os escoceses estavam acostumados a um sistema, no qual o poder central fazia a sua própria lei e o parlamento pouco valia.

Com efeito, as decisões dos Stuart no sentido de impor o direito divino do rei, instaurar o ritual hierático (ritual religioso, relativo ao sagrado), aumentar os impostos e colocar limites ao parlamento, se mostraram extremamente problemáticas. Isso porque o parlamento era representado por nobres ingleses que, além de estarem acostumados a uma relativa autonomia política, tinham conseguido quadruplicar em 100 anos o seu poder econômico e fazer da Inglaterra a rainha dos mares e de Londres a capital mais influente da Europa. Isso tudo por meio de um Estado mínimo, isto é, de um Estado que não via necessidade em manter um exército e cobrar altos impostos.

6. A radicalização da revolta e revolução

- O que esteve na raiz da eclosão do processo revolucionário que levou à morte do rei Carlos I e qual foi o principal dos seus efeitos?

O governo de Carlos I dos Stuart, na sua tentativa de fortalecimento do poder central, radicalizou-se em 1625, criando inúmeras indisposições ao buscar ampliar a receita do Estado por meio da renovação da tutela (isto é, os direitos de autoridade que se tem sobre o outro), das multas para as obrigações dos cavaleiros, da multiplicação do monopólio do governo, do direito de fornecimento e da inflação das honrarias.

A gota d'água, segundo Anderson, foi a instituição do imposto naval nos Portos para a manutenção da marinha. Nesse quadro de revolta, era impossível a permanência desse sistema de governo que, com poucos rendimentos e sem a intenção de manter um exército, havia permitido a ascensão da nobreza mercantil. O resultado foi que Carlos I dos Stuart, além de fomentar a guerra entre católicos e protestantes, em virtude de sua simpatia ao catolicismo,



despertou a ira de parte da nobreza e da nascente burguesia contrária ao governo absolutista, autoritário, centralizador que, desprovido de um exército, foi incapaz de enfrentar a oposição formada por protestantes, comerciantes, pequena nobreza e parlamentares da Câmara dos Comuns.

Isto teve como consequência a destituição e a morte do rei, em 1649. Assim, antes que pudesse se consolidar, a monarquia absolutista dos Stuart foi interrompida pela oposição revolucionária que impôs não apenas limites ao poder absolutista, como contribuiu para que a Inglaterra criasse condições para a maior liberdade comercial, ou seja, para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Bibliografia complementar

STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.

TREVELYAN, George Mccaulay. *Revolução inglesa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

A Revolução Inglesa e o desenvolvimento do capitalismo

Texto-base:

HILL, Christopher. Revolução. In: A Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.85-118.

1. Apresentação do texto

Dando sequência ao tema da Revolução Inglesa, recorreremos a outro dos maiores especialistas nessa área, Christopher Hill (1912-2003), historiador inglês da chamada *Nova Esquerda* que escreveu, em 1977, o livro *A Revolução Inglesa de 1640*. A obra é considerada uma referência nos estudos sobre essa temática, por nos permitir compreender como o processo revolucionário teve um papel decisivo na história do desenvolvimento do capitalismo liberal.

- **Como Christopher Hill analisa a Revolução Inglesa de 1640? Qual seria a especificidade de sua interpretação sobre esse processo?**

O objetivo de seu trabalho é realizar uma interpretação crítica sobre os acontecimentos do século XVII distante das habituais propostas escolares, que considera a Revolução Inglesa de 1640 um grande movimento social como a Revolução Francesa de 1789. Além disso, ele questiona o fato dessas interpretações escolares defenderem a ideia de que o governo monárquico absolutista permaneceu no poder até a burguesia impor limites a ela e criar condições para o livre desenvolvimento do capitalismo.

- **Hill concorda a respeito da Revolução Inglesa como uma revolução em nome da democracia política e social?**

Para Hill, é discutível que a Revolução Inglesa foi um grande movimento social liderado pelos exércitos de parlamentares que lutavam pela liberdade democrática de todos os indivíduos contra o poder tirânico do rei. Um indício disso é que, após a Revolução, nem todos passaram a ter os mesmos direitos políticos conquistados pela burguesia capitalista em ascensão, pois muitos camponeses se tornaram operários marginalizados sem nenhum direito político. Assim, é preciso ter em mente que a questão democrática não se colocava como um problema político naquele momento.

2. As origens da Revolução Inglesa

- **Para Hill, por que é política e social a origem da Revolução?**

Segundo ele, a Inglaterra foi governada pelo regime monárquico, ao final da Idade Média e início da Idade Moderna, acompanhada de uma expressiva presença do parlamento, representada por nobres e bispos. Quando a Dinastia dos Stuart, no início do século XVII, passou a governar a Inglaterra, algumas transformações substantivas ocorreram, diminuindo, com isso, o poder do parlamento em prol de um sistema monárquico absolutista, simpático ao

catolicismo. A alta nobreza conservadora e a Igreja Anglicana apoiaram essas transformações inibindo também o direito de católicos, calvinistas e burgueses de participarem da vida política.

Logo, os interesses defendidos pela monarquia absolutista do rei Carlos I dos Stuart não eram, de modo algum, os da maioria do parlamento e muito menos os do povo em geral, e sim os dos já mencionados nobres conservadores, basicamente proprietários de terras. Esse aspecto contribuiu para fomentar a insatisfação em geral, especialmente a da burguesia puritana em ascensão.

➤ **Como é o questionamento de Hill sobre a interpretação de que a Revolução Inglesa de 1640 foi religiosa?**

Para Hill, outra interpretação problemática que aparece com frequência sobre os sentidos da Revolução Inglesa é a de que o conflito tinha como objetivo definir qual das duas religiões, o puritanismo ou o anglicanismo, deveria ser dominante na Inglaterra. É preciso entender que as Igrejas, tanto a Anglicana, quanto a Calvinista ou mesmo a Católica, eram, na Inglaterra, as principais fontes de informação sobre os acontecimentos e problemas comuns, além de um importante ponto de referência para a orientação da conduta econômica do povo.

Assim, segundo o historiador, a Igreja controlava os sentimentos dos homens e dizia-lhes no que deveriam acreditar. E é justamente por isso, que as teorias políticas daquela época estavam envolvidas em uma linguagem religiosa, o que não implica, necessariamente, em dizer que a Revolução tinha como objetivo definir se o anglicanismo, presente nos governos monárquicos, perduraria como a religião oficial da Inglaterra, ou se seria vencido pela religião puritana, mais aberta ao lucro e interessada no comércio e no crescimento econômico.

De fato, tanto a reforma religiosa protestante quanto a revolução política que impôs limites ao rei, sem sombra de dúvida, geraram nos proprietários de terra na Inglaterra uma nova maneira de encarar os seus domínios, isto é, como uma fonte de ganhar dinheiro e de gerar lucros elásticos. Mas, para tanto, foi preciso uma expansão comercial capaz de dissolver as antigas relações agrárias e comerciais e transformar pequenos patrões e camponeses em proletários. Além disso, as mudanças decisivas sofridas na agricultura são um elemento a ser também considerado, pois ocorreram, por exemplo, uma maior procura de alimentos destinados às novas áreas urbanas, a necessidade de consumo da lã para a indústria têxtil em expansão e a procura por minérios para a construção de maquinários. Em qualquer dos casos, as necessidades da classe mercantil se tornaram idênticas às dos agricultores capitalistas e mineradores progressistas.

3. A questão política da burguesia

➤ **O que mudou entre as dinastias Tudor e Stuart na relação entre monarquia e burguesia?**

Entre a Guerra das Duas Rosas e a dinastia dos Tudor, a nascente burguesia tinha muito em comum com a monarquia na luta contra a Espanha Católica. Era uma aliança genuína entre os interesses do parlamento – representado pela Câmara dos Lordes (alta nobreza, bispos) e dos Comuns (pequena nobreza, comerciantes) – e a monarquia dos Tudor.

Ao final do século XVI, ou seja, ao fim do governo dos Tudor, a burguesia surgia como um perigo real devido à riqueza conquistada e os inimigos vencidos. Esse perigo foi menosprezado pelos Stuart, que criaram um conflito com o parlamento por questões religiosas, econômicas e constitucionais. Com efeito, a dinastia dos Stuart tornou a Igreja Anglicana dependente da coroa, foi simpática ao catolicismo, defendeu o direito divino do rei, dissolveu o parlamento,



aumentou os impostos, produzindo, além de um impasse político, uma crise econômica e um conflito religioso com a burguesia em ascensão.

- **Mas de onde surgiu a radicalização do processo revolucionário? Quais foram suas exigências?**

Foi a Câmara dos Comuns a que mais questionou as medidas adotadas pelos Stuart, por ser representada por burgueses e pequenos nobres proprietários de terra dignos de um poder local que compartilhavam da religiosidade puritana e consideravam as atitudes da monarquia como *papista*, ou seja, simpática à igreja católica apostólica romana, e, portanto, *estrangeirista*. Exigiam eles, representantes da Câmara dos Comuns, a destruição da máquina burocrática, a proibição de um exército permanente, a abolição do excesso de impostos e o controle parlamentar da Igreja para que ela não fosse utilizada como propaganda reacionária. A burguesia desejava, assim, um governo que correspondesse aos seus interesses. De todo modo, lembra Hill, o conflito não se resumia na luta entre puritanos contra anglicanos, simpáticos aos católicos.

- **Quem era o grande líder desse processo revolucionário? De onde provinha a força de seu exército e a razão de sua violência em relação à monarquia dos Stuart?**

O grande protagonista desse impasse entre o parlamento e a monarquia foi Oliver Cromwell (1599-1658), puritano, representante da Câmara dos Comuns no parlamento. Cromwell criou um novo exército, denominado de “cabeças redondas”, para lutar contra a monarquia dos Stuart, instituindo a noção de que a promoção militar vinha do mérito, não do nascimento, tal como eram formados os exércitos da nobreza feudal. Era, segundo Hill, a cavalaria mais disciplinada e mais democrática que o mundo jamais havia visto. Isto porque o seu exército sabia pelo que lutava, isto é, a favor da maior liberdade política e contra o poder opressor do rei. Apesar de defender a tolerância religiosa, quando o conflito eclodiu, Cromwell fez das catedrais anglicanas estábulos para os cavalos da cavalaria, em razão de muitos homens já terem sido punidos pela ortodoxia da Igreja anglicana sob a égide da monarquia absolutista.

- **Quais as razões que levaram Cromwell a assumir o poder e fazê-lo de modo ditatorial?**

O rei Carlos I se rendeu, em 1646, ao exército escocês que o negociou com o parlamento inglês. Como a Escócia não admitia a hegemonia da igreja anglicana - atuante na dinastia dos Stuart e simpática ao catolicismo -, invadiu a Inglaterra para protestar. Em 1647, o rei fugiu da prisão e a guerra recomeçou. Depois de capturado e de sofrer um julgamento sumário, o rei foi executado e decapitado em 1649, e a república foi proclamada sob a liderança de Oliver Cromwell. A partir desse período, ele conseguiu, além de reconquistar a Irlanda, a Escócia e promulgar o Ato de Navegação que fomentará prosperidade comercial a região, promover uma grave ruptura entre a alta nobreza e a burguesia. Isso significava que o seu governo só poderia ser mantido caso tivesse o controle do exército e do parlamento. Assim, ele instaura um governo considerado ditatorial.

4. O sentido da revolução

- **Qual foi o significado da conquista revolucionária, para Hill?**

Para Hill, a restauração da monarquia não foi a restauração do antigo regime, pois ela não tinha mais autonomia e estava submetida, definitivamente, ao

parlamento, que representava os interesses da burguesia e da pequena nobreza, cabendo ao rei o papel de funcionário público remunerado. Ainda assim, em 1688, Jaime II, dos Stuart, procurou instaurar na Inglaterra um governo monárquico absolutista. Ele foi afastado pelo parlamento na conhecida Revolução Gloriosa que, segundo Hill, permitiu que o capitalismo pudesse se desenvolver livremente, “mudando o mundo de ponta-cabeça” e limitando definitivamente o poder da monarquia inglesa em relação ao parlamento.

É importante mencionar que, por mais que Hill reconhecesse que a Revolução Inglesa de 1640 resultou na conquista dos interesses da burguesia capitalista, e não do povo em geral, muitos dos revolucionários deixaram ao povo, segundo o autor, a ideia do valor universal da liberdade, ou seja, a ideia de que sempre que a realidade política “não é adequada à liberdade tal”, o povo poderá transformá-la em ação combinada.

Bibliografia complementar:

STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.

TREVELYAN, George Mccaulay. *Revolução inglesa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

A Revolução Inglesa: o direito dos indivíduos

Texto-base:

MONDAINI, Marco. *Revolução Inglesa: o respeito aos direitos dos indivíduos*. In: PINSKY, Jaime (org.) *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, p. 115-131.

1. Apresentação do texto

Segundo historiador brasileiro, Marco Mondaini, de cujo texto fundamentaremos esta aula, os direitos conquistados pela burguesia na Revolução Inglesa abriram caminho para a implementação da política econômica liberal capaz de fomentar o desenvolvimento comercial e tecnológico, que mais tarde acarretaria na Revolução Industrial. Somado a isso, esse processo revolucionário tornou evidente a necessidade do respeito em relação aos direitos individuais no mundo moderno.

Mondaini propõe justamente refletir sobre a Revolução Inglesa levando em consideração esse último elemento que apontamos: como os direitos individuais adquiridos nessa revolução contribuíram para o desenvolvimento da ideia de cidadania no mundo ocidental? Nesse texto, serão tratadas as seguintes questões: o que significa cidadania? Quais os direitos individuais foram conquistados com a Revolução Inglesa? Em que medida a conquista desses direitos é considerada inovadora? É possível afirmar que o respeito aos direitos individuais na Inglaterra daquele tempo atingiu a toda população?

2. Os significados da revolução: hoje e à época

- **Mondaini lembra que a Idade Moderna gerou transformações radicais. Quais foram elas?**

Segundo Mondaini, as experiências revolucionárias – a Revolução Inglesa (1640), a Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789) – contribuíram para que o processo de secularização, racionalização e individualização tenha se sobreposto a governos monárquicos autoritários e à percepção teológica da igreja católica, que predominaram durante a Idade Média na Europa Ocidental e determinaram, em boa medida, os valores relativos aos deveres e obrigações da maior parte da população no âmbito social. A modernidade abriu espaço, de fato, para a “Era dos Direitos Individuais” ao questionar, por meio da reforma protestante e dos processos políticos revolucionários, a percepção de que a desigualdade entre os homens é fato natural instituído pela vontade divina e, por isso mesmo, fadado à eternidade.

- **Para Mondaini, qual foi a principal contribuição da Revolução Inglesa? E o que significou retrospectivamente?**

Segundo o autor, é a Revolução Inglesa - ocorrida em 1640 e concluída em 1688 com a Revolução Gloriosa - a primeira revolução burguesa da história a defender os direitos de liberdade do cidadão, contribuindo, desse modo, para a ascensão da burguesia e a constituição, na Inglaterra, do primeiro sistema capitalista do mundo. A experiência histórica inglesa demonstrou, então, que somente uma revolução política poderia abrir espaço para uma revolução industrial e gerar um movimento de crítica à tradição.

- **Por que, segundo Mondaini, a Revolução Inglesa, conforme concebida por seus agentes, tinha uma face conservadora?**

Segundo o historiador, antes da Revolução Inglesa, a palavra **revolução** era interpretada como repetição, volta às origens ou retorno a uma ordem preestabelecida. Depois disso, o seu significado, para os ingleses, passou a ser associado a toda e qualquer forma de mudança radical ou incomum na sociedade. Não obstante, ele lembra que a Revolução Inglesa, apesar das transformações radicais que produziu, como o poder político alcançado pela burguesia, apresenta também uma face conservadora ao desejar voltar ao período em que a monarquia inglesa era governada em conjunto com o parlamento, ou seja, ao período em que a monarquia não governava sob um regime absolutista.

3. O debate historiográfico

- **Do que tratou o debate historiográfico entre Thompson e Anderson?**

Mondaini retomou as críticas tecidas pelo célebre historiador Edward Thompson à leitura de Perry Anderson sobre a Revolução Inglesa. Esse último a considerava incompleta, prematura e impura, quando comparada à Revolução Francesa, pois permitiu a ascensão da burguesia e da ideologia liberal, e não o reconhecimento dos direitos iguais dos homens. Tal aspecto é passível de crítica, segundo o historiador, uma vez que não há um tipo ideal revolucionário melhor ou pior, contra o qual todas as outras revoluções devem ser julgadas, mas sim experiências revolucionárias específicas e incomparáveis que representam, no mundo moderno, transformações substantivas nas sociedades.

4. O processo da Revolução

- **Como foi possível a Revolução Inglesa fomentar, na Inglaterra, a ascensão da burguesia e o desenvolvimento de uma ideologia liberal?**

É conhecido, lembra Mondaini, que a Inglaterra viveu no início da modernidade aquilo que Marx considerou uma acumulação primitiva de capital com a política dos *cercamentos*, que expandiu a propriedade privada e aumentou a produtividade, gerando tanto o desenvolvimento da agricultura e da agropecuária, quanto das produções manufatureiras. Esse desenvolvimento, por sua vez, produziu a especialização do trabalho, acompanhada do avanço tecnológico promovedor da transformação do capital comercial para o industrial.

Foi graças às mudanças políticas ocorridas na Revolução Inglesa, capaz de impor limites definitivos ao poder do rei, que surgiram as modificações até aqui apontadas. Vale lembrar que a dinastia dos Tudor, que antecedeu aos Stuart, procurou manter o equilíbrio político e econômico junto ao parlamento - ao contrário da dinastia dos Stuart, que desconsiderou os anseios da burguesia e dos puritanos, desde que assumiu o poder nos inícios do XVII, defendendo a alta nobreza e a Igreja católica. Em particular, adotou três medidas imperdoáveis para parte da nobreza e da burguesia inglesa: a criação de novos impostos, a construção de monopólios e a restauração dos rendimentos oriundos dos tributos feudais.

Somado a isso, em 1629, Carlos I dissolveu o parlamento e impôs um sistema absolutista por 11 anos. A crise política e econômica que se instaurou fez com que muitos nobres e burgueses exigissem, além da volta do parlamento, a destruição da máquina burocrática, a proibição de um exército permanente controlado pelo rei, a abolição cada vez maior da carga tributária e o controle parlamentar



da Igreja. Carlos I resistiu o quanto pôde a essas reivindicações, dando início a uma guerra civil, em 1642.

➤ **Nesse contexto revolucionário, qual foi o papel de Cromwell e seu exército?**

É nesse momento, segundo o historiador, que um personagem passa a ter centralidade nos fatos que se sucederam: Oliver Cromwell. Candidato ao parlamento em 1640, o futuro *lord* protetor da Inglaterra, Escócia e Irlanda tornou-se chefe da oposição ao despotismo real, tendo sido o grande responsável pela estruturação de um novo tipo de exército: um exército revolucionário, no qual a promoção dava-se por mérito, e não por nascimento nobre. Sua estrutura de recrutamento orientava-se contra os privilégios da coroa e da Igreja.

A edificação do novo exército assinalou, por si só, uma revolução social, pois extinguiu o direito tradicional dos nobres de comandarem as forças armadas do país. A radicalização do processo revolucionário gerou, como visto, uma guerra civil, a condenação e execução de Carlos I e a proclamação da República, em 1649. Mas após Cromwell dissolver o parlamento e se declarar protetor da Inglaterra, concedendo a seu filho, Ricardo Cromwell o direito ao governo do país, o parlamento, tomado pelo medo de um governo ditatorial, convocou o rei Carlos II, um Stuart, em 1660. Desse modo, o governo de Ricardo Cromwell não durou um ano.

➤ **Por que a Ditadura dos Cromwell não perdurou, segundo Mondaini?**

Não perdurou, pois o parlamento reagiu nomeando novamente o rei como governante legítimo. Mas agora os limites da monarquia eram claros e definidos, ou seja, o rei reinava, mas não governava, porque quem passou a dar as cartas na política econômica da Inglaterra, a partir desse período, foi a burguesia revolucionária, por meio de uma monarquia parlamentar. A ideia era a de que o rei deveria servir, e não o contrário. Tanto foi assim, que, já em 1688, o rei Jaime II procurou ultrapassar esses limites instituídos e foi afastado na Revolução Gloriosa, que impôs uma monarquia constitucional de matriz liberal.

5. A contribuição ideológica da Revolução Inglesa

➤ **Qual foi o grande teórico do processo revolucionário?**

O grande pensador daquela época a dar origem ao liberalismo inglês e defensor de um Estado mínimo foi John Locke (1632-1704), uma vez que não dava margens a dúvidas: o poder político não tinha outra função senão o direito de fazer leis "para regular e preservar a liberdade". Como afirmou, "o objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidade, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade".¹

A ideia de liberdade, formulada em prol de uma cidadania liberal, teve como efeito a exclusão e distinção entre "cidadãos com posses" e "cidadãos sem posses", evidente após a Revolução Gloriosa, de 1688, na Lei de Direitos do Cidadão (*Bill of Rights*), sancionada pelo parlamento inglês, em 1689.

¹ MONDAINI, Marco. "Revolução Inglesa: o respeito aos direitos dos indivíduos". In: PINSKY, Jaime. (org.) *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, p.115-131.

Balanço geral

- **Qual é a referência historiográfica de Mondaini? Qual a relação que o historiador estabelece entre a Revolução Inglesa e o desenvolvimento da cidadania?**

O grande ponto de referência de Mondaini é aquele que é visto como o maior historiador da Revolução Inglesa: o marxista Christopher Hill. Segundo ele, Hill compreendeu que a Revolução Inglesa produziu um mundo liberal, lucrativo e seguro para os negócios da burguesia, e não para a maior parte da população. Os direitos relativos à liberdade econômica e à cidadania foram dados à burguesia, não ao povo. Ainda assim, esse fato não impediu que o processo revolucionário fosse interpretado como um movimento inspirador devido à conquista dos direitos individuais na Era Moderna. Vale destacar que a questão, naquela época, não era, a igualdade social ou a democracia, mas sim a liberdade comercial, que ampliou a noção de cidadania, de luta pelos direitos individuais, mesmo sendo incapaz de garantir condições de igualdade para todos.

Bibliografia complementar:

STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.
TREVELYAN, George Mccaulay. *Revolução inglesa*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

A Revolução Industrial: por que a Inglaterra é seu berço?

Texto-base:

RIOUX, Jean-Pierre. *Para um Mundo Novo IN: A Revolução Industrial 1780-1880*. São Paulo: Pioneira, 1982, p.13-49.

1. Apresentação

Este capítulo de 1971 do historiador francês Jean-Pierre Rioux aborda os fatores que estiveram na origem da Revolução Industrial e que explicam porque ela ocorreu na Inglaterra. Introduzindo seu capítulo, Rioux coloca a questão principal que procurará responder ao longo do texto: é possível identificar nos estudos sobre a Revolução Industrial uma causa principal ou ela é resultado de vários fatores independentes?

2. A economia antes da revolução industrial: obstáculos

- **Na primeira parte, vemos que o autor busca mostrar os motivos que impediram que a revolução industrial não acontecesse antes de meados do XVIII. Onde ele encontrou esses motivos?**

Em primeiro lugar, na agricultura. O autor mostra que característica principal dessa economia seria a “preponderância da agricultura, seu peso determinante e seu valor efetivo”. Ela representa a maior parte da riqueza produzida e da ocupação da força humana, mas sua produtividade é fraca porque estagnada tecnologicamente. Ligada à agricultura, a indústria também é, portanto, medíocre e estagnada. Ela é caracterizada pela predominância rural - é realizada majoritariamente por camponeses - e por uma produção voltada exclusivamente para o consumo, ainda que aí se percebam mudanças, como a separação entre o comerciante e o fabricante e a lenta transformação das oficinas familiares em fábricas.

Em segundo lugar, no comércio. Em suma, a pequenez, a estagnação e a dispersão das duas atividades produtivas (agricultura e indústria) são explicadas pelo comércio interno, heterogêneo, mal consolidado, apoiado em técnicas atrasadas e preços desiguais. Essas características seriam, segundo o autor, resultantes da morosidade e da pouca capacidade dos meios de transporte, bem como da disparidade das normas vigentes nas alfândegas internas.

Em terceiro lugar, no próprio pensamento oficial da época, o “mercantilismo”, que não era capaz de formular uma teoria ou uma prática em fomento do crescimento e da utilização nova de capitais.

3. A revolução demográfica

- **Na segunda parte de seu capítulo, Rioux dá início à análise das possíveis transformações, que vão modificar o velho equilíbrio. Segundo o autor, elas permitiriam que as forças renovadoras - que antes “trabalhavam surdamente” - dessem condições para o capitalismo industrial. Para Rioux, a revolução demográfica foi a causa única, principal, da Revolução Industrial, especialmente em sua “arrancada inicial”?**

De acordo com ele, muitos historiadores veem no crescimento demográfico condição do progresso tecnológico, pois teria fornecido um número maior e mais diversificado de produtores e consumidores. No entanto, observa ele, as pesquisas mostram que não há coincidência entre as zonas de grande crescimento demográfico e aquelas onde ocorre a revolução industrial. Assim, Rioux entende que o crescimento demográfico foi condição talvez necessária para a revolução industrial, mas não suficiente por si mesma. Além disso, para ele não está claro que tais fenômenos tenham influenciado diretamente no despertar da revolução.

4. A revolução agrícola

- **Na sequência, Rioux tratou da chamada “revolução agrícola” ocorrida no século XVIII e tentou ponderar seu peso efetivo na “eclosão” da Revolução Industrial. Para Rioux, qual foi o papel da “revolução agrícola” na “eclosão” da Revolução Industrial?**

Segundo ele, essa, sim, parece ter tido papel decisivo, uma vez que não houve país que tenha realizado sua revolução industrial sem que antes tivesse feito sua revolução agrícola. Ela aconteceu no Nordeste da Europa e significou uma melhoria produtiva, quantitativa e qualitativamente. Ele observa que o país pioneiro foi a Inglaterra e sua transformação foi fruto tanto de inovações tecnológicas como da ampliação das terras cultiváveis. Além disso, ela também implicou num reordenamento da estrutura social e agrária uma vez que, extinto o período de repouso, ficava impossibilitada a existência de simples pastagens, geralmente terras comunais. Isso acarretaria a transformação dos antigos ocupantes dessas terras, bem como dos pequenos proprietários, em arrendatários dos grandes senhores das terras rearranjadas. Assim, se afirma um caráter capitalista da agricultura, que permitiria com o tempo resolver o problema da produção, alimentar uma crescente população urbana, fornecer mão-de-obra para a indústria, ter excedente para trocar por matérias-primas industriais e fornecer capital para investimento em outras atividades. Outros países seguiram esse modelo.

- **Por que o caso da França é mais complexo e como gerou acirrado debate a respeito da importância da “revolução agrícola” na Revolução Industrial?**

Porque, na França, não há uma distância cronológica perceptível que permita comprovar a precedência da revolução agrícola sobre a industrial. Assim, a complexidade do caso francês originou um profundo debate que dividiu os historiadores da revolução industrial. Num grupo, estão autores como Karl Marx, Paul Mantoux, Rostow e Bairoch que veem na revolução agrícola a condição suficiente da revolução industrial, ou seja, sua origem. Segundo eles, a agricultura modernizada seria um requisito prévio indispensável: ela representaria disponibilidade de alimentos, de mão-de-obra (por causa do consequente aumento de uma população mais bem alimentada) e de capitais acumulados. Além disso, o crescimento demográfico resultaria também numa súbita demanda de bens de consumo.

No outro grupo estariam aqueles, como François Crouzet, Michel Morineau e T. S. Ashton, que refutaram qualquer associação entre a revolução agrícola e a industrial, uma vez que aquela, segundo eles, não poderia ter fornecido os homens, os capitais, meios ou demandas necessários. Procurando superar em parte esse impasse e encontrando um meio termo, Rioux lembra que, nos lugares em que a revolução agrícola não ocorreu, ela freou consideravelmente a revolução industrial. Fornecendo mão-de-obra potencial, alimentação regular e



suficiente e, por vezes, investindo na indústria, a revolução agrícola foi, de fato, condição necessária para a revolução industrial, ainda que não tenha sido sua causa suficiente.

5. A acumulação primitiva

- **Aqui, Rioux trata de outro elemento identificado pela historiografia como fundamental para a decolagem da revolução industrial: a acumulação primitiva. Qual foi a posição de Rioux a respeito disso?**

No que toca ao capital acumulado pela agricultura e comércio, ele observa que eles tinham grande dificuldades para serem investidos na indústria, uma vez que o sistema bancário não o permitia, dada a raridade das moedas e dos meios de pagamento. Assim, a decolagem da industrialização se fez sem que fosse necessário um enorme montante de capitais. No entanto, para o autor, o crescimento da empresa e o progresso tecnológico acabaram exigindo a aquisição de um maquinário caro e, nessas condições, o autofinanciamento anterior tornou-se insuficiente e seria vital recorrer aos capitais oriundos da agricultura e do comércio.

- **Como é possível entrever que a relação entre necessidade de mercado de capitais e industrialização é “invertida”?**

Rioux observa ainda, de passagem, que o desenvolvimento do sistema bancário teria que esperar o próprio crescimento industrial e seu consequente impulso para a evolução das estruturas bancárias. Em outras palavras, a existência de bancos desenvolvidos e capital disponível não foi necessária para a industrialização. Mas foi o crescimento da industrialização que propiciou o desenvolvimento dos bancos e capitais disponíveis.

6. Os preços

- **Rioux trata também da hipótese a respeito dos preços, em especial da inflação, como estímulo para a industrialização. Entre os historiadores favoráveis a essa hipótese, como ela se explicaria?**

Segundo alguns historiadores, a alta contínua dos preços, favorecida pelo aumento dos estoques de metais preciosos providos da América a partir do século XVIII, teria proporcionado uma sensível elevação dos lucros, graças à disparidade constante entre preços e salários, que não os acompanha. Isso, por sua vez, teria estimulados novos investimentos na indústria.

7. Qual a posição de Rioux?

Rioux argumenta que os dados não comprovam essa hipótese, muito pelo contrário; são os países onde a diferença de aumento entre preços e salários é pequena que acontece a decolagem.

8. O mercado

- **Em seguida, Rioux trata de outro elemento necessário à Revolução Industrial: a existência dos mercados externo e interno. Em relação ao mercado, qual era a importância para Rioux? Para ele, havia diferença de peso entre o mercado externo e o interno?**

Para Rioux, o papel do mercado lhe parece fundamental, uma vez que o capitalismo repousa fundamentalmente numa economia de mercado. O comércio exterior, e particularmente o colonial, estimularia fortemente os empresários, com a perspectiva de lucros maciços e sem limites. Mas, mais decisivo ainda, parece ter sido o comércio interno. Segundo ele, o crescimento populacional, a melhor divisão das riquezas e o crescimento da renda *per capita* resultante das inovações da agricultura e do comércio criaram os consumidores potenciais, reunidos agora nas cidades em expansão rápida. Além disso, essas condições atenderam à demanda da indústria por mão-de-obra que, além dos produtos e capitais, puderam circular mais livremente - resultado da tímida, mas fundamental, revolução nos meios de transporte.

- **Como o mercado explicou, segundo Rioux, a diferença entre a Inglaterra e França e se tornou o elemento principal da eclosão da Revolução Industrial?**

Segundo ele, na Inglaterra, por conta dos motivos descritos na resposta anterior, o mercado antigo foi substituído pelo massivo mercado moderno. Mas as condições para que essa substituição pudesse ocorrer não estavam presentes na França. Assim, ali a “decolagem” não aconteceu e foi por etapas que a industrialização ocorreu. São essas considerações que permitiram a Rioux acreditar que, mais do que o capital ou os preços, foi o mercado que se tornou o “elemento motor” da Revolução Industrial.

9. Mentalidade

- **Na sequência, o autor trata de outro elemento que teve participação fundamental na Revolução Industrial: a mentalidade. Por que esse elemento envolveu a transformação da abordagem religiosa de entender o dinheiro, o tempo e lucro?**

Ele observa que a igreja católica, a partir do século XVIII, começou a abrir mão de sua atitude desconfiada perante o lucro e a usura. As igrejas reformadas, por sua vez, despertaram nos fiéis o interesse pela iniciativa e por inovações econômicas e sociais, devido à valorização do trabalho e do êxito (esse último como prova da bênção divina). Assim, passou-se a valorizar o capital e sua rápida circulação, abrindo uma nova era na qual tudo era avaliado como mercadoria, inclusive o tempo, que passara a ser, por sua vez, mensurado com mais precisão. Assim, nesse contexto, o mercantilismo cedeu espaço às doutrinas em defesa da circulação e de seu alicerce, e à divisão internacional do trabalho, vista agora como a verdadeira criadora de riqueza. Essas novas filosofias supunham uma nova moral, fundamentada no pragmatismo e interesse individual - entendidos como motores da atividade econômica.

10. Política

- **Tendo explicado as mudanças de mentalidade, Rioux observou que, para que essas ocorressem, também deveria haver um novo contexto político. Quais seriam as características de novo contexto e o seu papel?**

Em primeiro lugar, ele deu lugar ao nacionalismo, que serviu para atender às exigências econômicas de um mercado interno e externo. Além disso, importantes seriam também as revoluções políticas - como a Inglesa - e as consequentes mudanças jurídicas que proclamavam as liberdades e propriedades individuais. Elas aliviariam as atividades econômicas dos antigos controles, abrindo espaço



para a exploração dos operários. No entanto, o autor reconhece que, em alguns países, essas revoluções - dada a crise política e o custo social por vezes nelas implicados -, afetaram (como na França) ou impediram definitivamente (como na Espanha) a decolagem industrial.

Bibliografia complementar

ASHTON, T. S. *A Revolução Industrial*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1973.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Como a Revolução Industrial transformou o mundo do dinheiro e do trabalho

Texto-base:

ASHTON, T. S. *Capital e trabalho*. IN: *A Revolução Industrial*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1973, p.119-152.

1. Apresentação

O capítulo do historiador econômico inglês Thomas Southcliffe Ashton, que faz parte do seu livro sobre a Revolução Industrial, trata de dois dos elementos fundamentais a partir dos quais podemos analisar esse fenômeno: o capital e o trabalho.

2. O capital

- **Ashton dá início à parte que trata do capital, argumentando que não é possível entender a revolução industrial em sua dimensão apenas técnica; isto é: ela não pode ser pensada como consequência de fatores exclusivamente tecnológicos. Como ele explica essa constatação?**

Ele argumenta que a revolução industrial foi tanto tecnológica como econômica, uma vez que, sem seus inventos, a economia poderia seguir crescendo, mas não haveria, efetivamente, uma revolução industrial. Por outro lado, sem os novos capitais, dificilmente os inventos teriam ocorrido e ainda que o fossem, teriam sido utilizados muito limitadamente.

a. A origem do capital do início da industrialização

- **Na sequência, Ashton trata da origem do capital aplicado na indústria, nas etapas iniciais do desenvolvimento industrial. Qual foi a origem desse capital, para ele? É totalmente verdadeiro entender que nesse momento a indústria foi apenas ponto de chegada de capitais externos?**

Ele lembra que o capital não teve uma origem única, advindo tanto comércio como da agricultura e outras atividades. Além disso, muitas vezes, ele fazia o caminho inverso: por exemplo, não foram poucos os industriais que posteriormente se envolveriam com a agricultura e o comércio. Como se vê, a indústria não apenas tomou de empréstimo capitais do comércio e da agricultura, mas, inversamente, também foi capaz de investir nessas atividades.

- **Quais foram as características da primeira indústria e dos primeiros industriais que, segundo Ashton, permitiram esse mútuo investimento?**

No que se refere ao capital necessário para se montar uma indústria, Ashton lembra que, nos primeiros anos da revolução industrial, ele não era mais vultoso que a renda de um artesão, visto que as unidades fabris eram pequenas empresas



familiares ou de dois ou três amigos, possíveis de serem ampliadas com a chegada dos lucros. Nesse quadro, Ashton argumenta que a causa do sucesso dessas empresas consistiu no “trabalho constante, economia e integridade” desses empresários, os quais reinvestiam a maior parte de seus lucros na empresa, em detrimento de seus próprios salários e despesas domésticas. Assim, segundo ele, a indústria teve, em si mesma, o seu principal investidor inicial.

b. O avanço da industrialização: a transformação do capital mercantil em industrial

- **Ashton, na sequência, procura pensar como é que, nos estágios mais avançados do desenvolvimento da Revolução Industrial, aconteceu a transmutação do capital mercantil em industrial. Qual era a situação inicial desse mercado de capitais? E por que a industrialização não apenas se beneficiou do crescimento do mercado, mas também foi seu principal estímulo?**

Segundo o autor, nos primeiros tempos, esse mercado de capitais, a longo prazo, era local e limitado. Foi à medida que se avolumavam as possibilidades de lucro que iria se dilatar o espaço para investimentos, o que coube, em grande medida aos mercadores. Assim, observa Ashton, a transformação do capital mercantil em capital industrial foi uma importante causa e resultado da expansão da manufatura. Ele observa ainda que, com a aceleração dos transportes e comunicações, encurtou-se o prazo de pagamento dos empréstimos. Isso, juntamente com o aumento dos juros, aprofundou, em termos de valores, a diferença entre pagar antes ou mais tarde, dando origem a uma nova sensibilidade em relação ao tempo.

c. A indústria e o sistema bancário, moedas e salários

- **Outro ponto que Ashton procura discutir é a relação entre a Revolução Industrial e o sistema bancário, insistindo na questão que percorre todo o trabalho: a Revolução foi consequência ou causa do desenvolvimento do sistema bancário?**

O pagamento em salário que a indústria exigiria implicava não apenas em ter fundos, como também em encontrar um modo adequado para fazer isso - e a escassez de moedas era um sério obstáculo. O problema, segundo o autor, era a inexistência de um sistema bancário devidamente constituído, pois o daquela época servia apenas ao Estado e ao comércio. Somente depois de 1760 é que os bancos preparados para essas novas necessidades se tornaram comuns. Muitos industriais, inclusive, também estabeleceriam bancos como meio para obtenção de dinheiro miúdo para pagamento de vales e salários, mas também como uma aplicação para aumentar seu capital.

No entanto, Ashton argumenta que a vida da maioria dos bancos particulares foi curta, visto que a sorte de cada um deles estava ligada às vicissitudes da área de sua atuação. Com o tempo, ficou claro que os pequenos eram incapazes de enfrentar as necessidades de uma economia industrial. A situação forçaria a criação de instituições bancárias que cobrissem uma grande área e de filiais do Banco da Inglaterra no interior, resolvendo já em 1830 o problema da falta de capitais. Segundo o autor, a principal contribuição dos bancos para a revolução industrial consistiu em fornecer fundos em curto prazo e de transferi-los de regiões onde havia pouca procura para outras onde havia falta deles.

d. Outras instituições e o capital internacional

- **Encerrando a parte relativa ao capital, Ashton busca entender a relação entre a Revolução Industrial e outras instituições e modalidades de capital, em especial o capital internacional. Como a relação entre capital internacional e a Revolução Industrial foi – digamos - de mútua influência?**

Ashton mostra que o capital estrangeiro teve um papel relevante nas primeiras fases da revolução até que a situação se invertesse e a Inglaterra se consolidasse também como principal centro para empréstimos internacionais. Assim, segundo ele, se em 1760 nada havia que se pudesse se chamar de “mercado de capitais”, setenta anos depois, o volume de fundos de investimento tinha crescido fenomenalmente, tornando-se impessoal e extremamente móvel.

3. O Trabalho

a. A concentração dos trabalhadores nas grandes fábricas: desafios

- **Nesta parte, Ashton dá início à análise da questão do trabalho no início da industrialização. A primeira consideração a esse respeito concerne à concentração dos trabalhadores manufatureiros nas grandes fábricas. Quais foram os motivos que levaram, segundo ele, a se adotar essa forma de organização do trabalho? Os trabalhadores puderam escolher?**

Em termos tecnológicos, a razão disso foi que os processos envolvidos muitas vezes tornavam a produção em pequena escala impossível ou muito desvantajosa. Economicamente - ele explica -, era mandatório que a produção ficasse sob vigilância constante, impedindo, entre outras coisas, um maior roubo de materiais. Quanto aos trabalhadores, reconhece Ashton, era evidente que não havia, por parte deles, interesse para se concentrarem nas fábricas. Logo, se essa transformação ocorresse, não foi porque esses trabalhadores enxergassem qualquer benefício nisso.

- **Segundo ele, quais razões impediram que essa transformação espacial do trabalho não ocorresse com mais presteza?**

O grande problema, de fato, para que essas concentrações acontecessem no século XVIII eram os muitos obstáculos para que a mão-de-obra se deslocasse. Um deles era o risco de assaltos e sequestros nas estradas. Mais severos eram os impedimentos resultantes das leis de assistência social, a chamada *Poor Law*, e das condições de habitação. Segundo essas leis, a freguesia em que o indivíduo morava, por pelo menos um ano, seria a responsável por sua assistência. Essa regra valeria para as freguesias às quais porventura viesse a se mudar. Disso resultava, por parte das autoridades paroquiais, relutância em receber novos forasteiros e da parte dos proprietários - os grandes contribuintes dessas taxas de assistência - indisposição em contratar empregados por mais de um ano, fora a tendência para expulsão sumária antes do direito à assistência. Tudo isso desestimulava o deslocamento.

Havia ainda as práticas industriais antigas que desestimulavam o deslocamento. As normas das antigas corporações não aceitavam a contratação de mão-de-obra especializada, a não ser que o candidato antes tivesse servido como aprendiz. Além disso, estava em vigor a exigência de que os jovens contratados permanecessem de cinco a seis anos no trabalho. Em todo caso,



um dos mais difíceis problemas era encontrar homens capacitados a aprender as novas técnicas industriais e dispostos a aceitar uma nova disciplina. Uma vez realizado isso, era necessário cuidar para que os selecionados e treinados não partissem para outra empresa. Além disso, ao se contratar um trabalhador forasteiro, havia a necessidade de se conseguir ocupação para sua família também.

b. As condições de trabalho

- **Aqui, ele trata dos aspectos mais sombrios relacionados ao primeiro surto de industrialização: o trabalho infantil e as péssimas condições de trabalho. O que seria responsável pela exploração da mão-de-obra infantil?**

Se detendo no caso da indústria algodoeira, o autor observa que, em muitos lugares na região de Londres e do Sul da Inglaterra, o encargo crescente com as taxas de assistência levou as autoridades a oferecer a transferência de grupos de crianças ou famílias inteiras para as fábricas do Norte.

- **Como Ashton põe em questão o entendimento de que a industrialização trouxe apenas consequências negativas nas condições de trabalho manufatureiro?**

Ashton reconhece que a história desses trabalhadores/aprendizes fabris é lamentável e, muitas vezes, só se pode falar em negligência, promiscuidade e degradação. Ele acrescenta, não obstante, que não só o recurso da mão-de-obra infantil, como também as péssimas condições a que eram submetidas essas crianças eram comuns a todo tipo de trabalho à época, não sendo, portanto, exclusivas do ramo industrial têxtil. Além disso, nem todos os trabalhadores envolvidos nessa atividade eram crianças, dada as exigências de força e perícia que muitos processos envolviam.

Sobre o efeito da automação do processo e da substituição das oficinas domésticas pelas grandes fábricas, ele assinala que invenções não só tornaram mais leve o trabalho, como também o operário de fábrica passara a ser contratado por salários que tornavam os rendimentos familiares superiores ao de qualquer geração anterior. Isso porque, uma vez unidos na fábrica, era mais fácil aos trabalhadores defenderem seu horário de trabalho e salário.

Segundo o autor, o mesmo teria acontecido, ainda que em menor intensidade, em outros setores industriais, como o trabalho nas minas, no qual o crescimento de produção, aumentando a demanda por mão-de-obra, resultou em melhores salários. Foram esses melhores salários que explicaram, segundo ele, o posterior interesse dos trabalhadores em procurar uma ocupação nas fábricas. Portanto, para Ashton, por fornecer melhores condições, a indústria ajudou a criar seu próprio mercado de mão-de-obra, assim que os rigores da lei de habitação diminuíram.

De qualquer forma, ele reconhece que, com o aumento do capital investido em máquinas, era cada vez mais interessante que elas não ficassem paradas sem necessidade, resultando daí um controle cada vez maior do tempo de trabalho, ou seja, na criação de uma nova disciplina com seus prêmios e penalizações.

- **E, em termos de saberes técnicos, Ashton concorda que a industrialização significou degradação?**

Segundo Ashton, os males que têm sido atribuídos à revolução industrial dizem respeito a um estado mais primitivo da produção e tenderam a desaparecer. Apesar de os melhoramentos técnicos visarem o melhor aproveitamento da



mão-de-obra, ao aumentarem a produção, eles resultaram em valorização dos salários. Além disso, essa inovação demandou trabalhadores altamente especializados nas novas técnicas, contrariando, segundo Ashton, a tese de que a revolução industrial teria destruído a habilidade manual.

Bibliografia sugerida

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

RIoux, Jean-Pierre. *A Revolução Industrial 1780-1880*. São Paulo: Pioneira, 1982.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A interpretação marxista da Revolução Industrial

Texto-base:

HOBBSAWM, Eric. *A Revolução Industrial*. IN: *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz & Terra, 1996, p. 43-70

1. Apresentação

Nesta parte, encerraremos as discussões sobre a Revolução Industrial, com o texto clássico do historiador inglês Eric Hobsbawm. O texto dialoga com os outros dois autores que discutimos nas aulas anteriores sobre a Revolução Industrial, uma vez que, diferente dos demais, se trata de um historiador marxista buscando explicar as razões por que essa revolução ocorreu na Inglaterra e seus efeitos mais importantes.

2. As condições gerais para a “explosão” da Revolução Industrial

- **Na primeira parte do texto, Hobsbawm procura definir a Revolução Industrial e começa a tratar das condições que permitiram que esta tivesse acontecido na Grã-Bretanha, especialmente aquelas condições internas do país. Como Hobsbawm definiu Revolução Industrial?**

Segundo Hobsbawm, por volta de 1780, pela primeira vez na história, o poder produtivo do homem se tornou capaz de se multiplicar de forma rápida, constante e ilimitada.

- **Hobsbawm identifica nas transformações tecnológicas causa suficiente para a revolução industrial?**

Sobre as razões para que a revolução tivesse ocorrido na Grã-Bretanha, ele argumenta que isso não se deveu à superioridade tecnológica e científica, o que não era o caso da Inglaterra. Não houve, segundo ele, necessidade de um quadro de grande “refinamento intelectual” para que a revolução industrial ocorresse, pois seus inventos tecnológicos foram bastante modestos e se fizeram por conta própria.

- **As primeiras condições identificadas por Hobsbawm para que a Revolução tivesse ocorrido na Inglaterra dizem respeito às condições sociais e políticas internas do país. Quais eram elas?**

As condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha. Na agricultura, uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra e a agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recruta em potencial para as cidades e as indústrias; fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia.

Além disso, o governo já vinha fazendo os necessários e caros investimentos de infraestrutura, principalmente na construção de uma frota mercante e de

facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis. Como ele observa, a política já estava engatada ao lucro.

3. Industrialização e política externa: a indústria têxtil e o imperialismo colonial inglês

- **Na segunda parte do texto, Hobsbawm identifica outros fatores ainda mais fundamentais para que a Revolução tivesse ocorrido na Inglaterra. Eles estão ligados à relação desse país com o mundo e sua influência seria mais diretamente sentida na indústria têxtil. Quais são esses fatores e por que a indústria têxtil inglesa foi sua principal beneficiária?**

Segundo Hobsbawm, além dos fatores já apontados, duas coisas eram necessárias para explicar a Revolução Industrial na Inglaterra: primeiro, a existência de uma indústria que recompensasse excepcionalmente aqueles que pudessem expandir sua produção de forma rápida, e, segundo, a presença de um mercado mundial monopolizado por uma nação apenas. Ele mostra que essas condições estiveram presentes na expansão da indústria algodoeira inglesa.

Isso foi possível, segundo ele, porque o comércio colonial, ao prometer uma expansão não apenas grande, mas também rápida e imprevisível, encorajou o empresário a adotar as técnicas revolucionárias que tornassem isso possível. Assim, indústria algodoeira britânica se criou e desenvolveu com esse comércio, que forneceu sua matéria-prima, os tecidos indianos de algodão que seriam imitados, e seu mercado consumidor. Além disso, o industrial se beneficiou do comércio de escravos africanos, comprados, em parte, com produtos de algodão. Além disso, as plantações escravagistas que forneciam o algodão para a indústria compravam, em troca, tecidos.

Segundo o autor, foram astronômicos os lucros para o homem que pudesse entrar primeiro nesse mercado com as maiores quantidades de algodão. Agora, se esse produtor fosse cidadão de um país, como a Inglaterra, que, por meio de guerras e domínio imperial, conseguiu monopolizar todos ou quase todos os seus setores desse mercado internacional, então, as possíveis recompensas eram ilimitadas.

- **Ao final dessa parte, ele trata de outras características da indústria têxtil inglesa que tornaram este o primeiro ramo industrial moderno. Quais foram?**

Como observa Hobsbawm, os inventos necessários para revolucionar a indústria, simples e baratos, se pagavam nos primeiros ganhos. Isso foi determinante, uma vez que os homens abastados do século XVIII ainda não estavam muito seduzidos a investir vultuosamente na indústria. Além disso, tal característica permitiu que a indústria se expandisse por conta própria. Outra vantagem foi que sua demanda crescente por matéria-prima podia ser atendida por meio dos métodos coloniais – como a escravidão e a abertura de novas áreas de cultivo – mais radicais, rápidos e eficazes do que os da agricultura europeia. A produção colonial estava livre dos interesses agrários que atravancavam a produção na Europa.

4. O impacto econômico e social da nova indústria, a algodoeira

- **A seguir, Hobsbawm trata das consequências socioeconômicas da indústria têxtil. Por que, nesse aspecto, o peso dela seria também distinto das demais indústrias?**



Em primeiro lugar, era a única indústria britânica na qual predominava a fábrica e empregava muito mais pessoal. Em segundo lugar, seu poder de transformação era muito maior, por conta das exigências do ramo, que demandavam mais construções e novas atividades relacionadas a ele e a seu comércio. Esse aspecto foi suficiente para que se identificasse nela a principal causa do crescimento econômico da Grã-Bretanha até meados de 1830. Em terceiro lugar, a expansão da indústria algodoeira foi tão vasta e seu peso no comércio exterior da Grã-Bretanha tão grande que dominou os movimentos de toda a economia. Se o algodão florescia, a economia florescia; se ele caía, também caía a economia.

➤ **Ele lembra, não obstante, que a indústria seria responsável por graves consequências socioeconômicas. Quais foram elas?**

Segundo Hobsbawm, seu progresso produziu uma severa desaceleração no crescimento da renda nacional da Grã-Bretanha e outras consequências sociais mais sérias. Em suma, o período de transição para a economia industrial gerou a miséria e o descontentamento, resultando nas revoluções de 1848 na Europa e nos amplos movimentos cartistas que ocorreram na Grã-Bretanha. Isso porque a exploração da mão-de-obra, achatando renda dos trabalhadores em nível de subsistência, não apenas possibilitava o acúmulo dos lucros por parte dos industriais, como fomentava o conflito social. Além disso, havia também pequenos homens de negócios, fazendeiros e outras categorias que, por saber o suficiente sobre dinheiro e crédito, nutriam uma ira pessoal em relação aos grandes financistas, dada sua situação de desvantagem nos negócios.

➤ **Além disso, ele vai mostrar que a crise econômica desencadeada por essa indústria explicitaria os problemas econômicos de seu crescimento. Qual seria a reação?**

Ela explicitará algumas falhas inerentes ao processo que ameaçavam o lucro. Uma delas era a constatação do ciclo de *boom* e depressão, mas não era considerada séria ou que refletisse qualquer problema estrutural do sistema, exceto pelos críticos do capitalismo. A segunda era a decrescente margem de lucros, causada pela perda gradativa das vantagens iniciais de que a indústria havia se beneficiado. Em primeiro lugar, por conta das quedas dramáticas e constantes no preço dos produtos acabados (não acompanhadas pelos vários custos de produção) provocadas pela própria revolução industrial e sua consequente competição. Em segundo lugar, porque a situação dos preços no geral seria de deflação. Assim, os lucros se viram sem o impulso extra que a inflação costumava propiciar.

Nessas condições, era grande a pressão para que a indústria se mecanizasse (baixando os custos por meio da diminuição da mão-de-obra), racionalizasse e aumentasse a produção, compensando com um aumento global nas vendas o que se perdia individualmente por produto.

5. O fundamento para um desenvolvimento continuado: a indústria de bens de produção, o trabalho e capital

a. A indústria de bens de capital

➤ **Hobsbawm esboça como se deu a construção de uma indústria básica de bens de capital. Aqui, ele mostra como um elemento não econômico foi fundamental para o desenvolvimento da indústria de bens de produção. Qual foi esse elemento?**

Segundo ele, as condições para o desenvolvimento da indústria de bens de produção só passaram a existir quando a revolução industrial já estava em curso e esse desenvolvimento teve como patrocinadores “especuladores, aventureiros e sonhadores”, e não “verdadeiros homens de negócios”. Isso se dava especialmente com a metalurgia. Mas não era tanto o caso da mineração do carvão, que tinha a vantagem de ser não somente a principal fonte de energia industrial e doméstica do século XIX.

As modestas, mas eficazes inovações nessa área estimularam a produção e a invenção que iriam transformar radicalmente as indústrias de bens de capital – a ferrovia –, dada a necessidade de transporte para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e dali aos pontos de embarque. Essa invenção teve enorme poder de sedução, pois revelava cabalmente para o leigo o poder e a velocidade da nova era. Assim, antes mesmo de se provar lucrativa, eram feitos planos para a sua construção na maioria dos países do mundo ocidental. Ela significou, economicamente, um enorme estímulo à produção de ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão-de-obra e investimentos de capital, necessários à produção e funcionamento das ferrovias. Sua demanda por esses produtos permitiu às indústrias de bens-de-capital se revolucionarem.

b. O problema da mão-de-obra

- **Em seguida, Hobsbawm trata de outros fatores fundamentais para manter o novo curso revolucionário. O primeiro era o da mão-de-obra. Nesse momento, o autor tem oportunidade de voltar aos efeitos sociais negativos associados ao primeiro surto industrial. Um deles não era resultado, mas sim causa da revolução industrial. Qual era esse efeito?**

Ele lembra que uma economia industrial implica em brusco declínio proporcional da população rural, em proveito da população urbana, e rápido aumento geral da população. Isso tudo demandou um crescimento radical na produção de alimentos, ou seja, uma “revolução agrícola”. Isso foi possível, porque o crescimento urbano já tinha estimulado a agricultura que, de tão arcaica, mudanças muito pequenas produziram resultados absolutamente grandes e incetivaram rápidos aumentos populacionais.

Além disso, houve também a transformação na estrutura social agrária que, mais do que racionalizar e ampliar a área cultivável, fez da Grã-Bretanha um país de alguns grandes proprietários e um enorme número de trabalhadores contratados. Se em termos econômicos essa transformação foi um sucesso, em termos de “sofrimento humano”, foi uma tragédia, reduzindo os camponeses a uma população destituída e desmoralizada. Daí, viria a mão-de-obra necessária à indústria.

- **O segundo, sim, foi consequência da revolução industrial. Qual foi?**

Outro desafio para os industriais era conseguir trabalhadores com as necessárias qualificações e habilidades. Primeiramente, aptos a trabalharem num ritmo regular e ininterrupto e que fossem receptivos aos incentivos monetários. A resposta foi encontrada na extremamente severa disciplina da mão-de-obra e, acima de tudo, no pagamento de salários tão baixos que obrigassem o operário a trabalhar incansavelmente para obter uma renda mínima. Além disso, recorreu-se ao emprego de mulheres e crianças, mais dóceis.



c. O capital

- **Por fim, ele trata do capital e mostra como as desvantagens iniciais da industrialização foram compensadas por outros fatores presentes na Inglaterra. Quais foram essas dificuldades e suas compensações?**

Quanto ao fornecimento de capital, a maior dificuldade era que os que controlavam a maior parte desse capital no século XVIII relutavam em investi-lo nas novas indústrias. Nessas condições, as indústrias se viam condenadas a ser iniciadas com pequenas economias ou empréstimos e desenvolvidas pela lavra dos lucros.

Por outro lado, os ricos do século XVIII estavam preparados para investir seu dinheiro em certas atividades cuja existência era necessária à industrialização, como é caso dos transportes e das minas. Outra vantagem inglesa, segundo o autor, é que nesse período já não havia na Inglaterra qualquer dificuldade quanto aos saberes técnicos, comerciais e financeiros, seja na esfera pública ou privada. Por fim, ele lembra que, por volta do final do século XVIII, a política governamental decididamente trabalhou pela expansão dos negócios.

Bibliografia sugerida:

ASHTON, T. S. *A Revolução Industrial*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1973.

HOBBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

RIoux, Jean-Pierre. "Para um Mundo Novo" IN: *A Revolução Industrial 1780-1880*. São Paulo: Pioneira, 1982, p.13-49.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A Revolução Americana: o processo revolucionário

Texto-base:

KARNAL, Leandro. *O processo de Independência: a ruptura e o Novo País*. In: *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.71-97.

Apresentação do texto

O processo de independência dos Estados Unidos da América, em 1776, foi considerado por muitos historiadores um movimento revolucionário, transformador, inspirador e gerador de profundas rupturas políticas. Para a melhor compreensão geral do processo, usaremos o texto do professor da Unicamp, Leandro Karnal, uma vez que ele propõe apresentar os principais elementos que tornaram possível à colônia inglesa conquistar a independência, bem como propõe colocar em debate o alcance das transformações ocorridas a partir de então.

Segundo ele, é certo afirmar que a chamada *Revolução Americana* inspirou a Revolução Francesa e as independências dos países latino-americanos no século XIX. Mas também inaugurou uma nova forma de organização política que se tornou paradigmática, apesar dos seus limites e desafios, ao dar relevo aos valores relativos à liberdade republicana e a ao sistema democrático no mundo moderno. A questão geral do texto é: como foi possível esse acontecimento *revolucionário*?

1. A colonização inglesa: sua especificidade

- Qual foi a especificidade da colonização inglesa que levou a região a um processo revolucionário?

Segundo Karnal, quando estudamos a colonização ibérica, temos a dimensão do poder e da presença dos impérios espanhol e português, desde o século XVI, visíveis na exploração das riquezas naturais e na construção de um aparato administrativo relevante no Novo Mundo. Já a colonização inglesa, que teve uma presença mais sistemática a partir do século XVII na América, levou muito tempo para criar um controle efetivo e impositivo, uma vez que, de acordo com Karnal, a Inglaterra se viu às voltas com guerras religiosas e políticas internas e conflitos com outros países europeus. Perdas (materiais e humanas) e dívidas foram algumas das consequências dos conflitos. Nesse quadro, os colonos se acostumaram a uma considerável autonomia em relação à metrópole.

2. O final do século XVIII e as mudanças na política metropolitana

- Quais foram as mudanças nas políticas da Coroa Inglesa em relação às colônias americanas ao final do século XVIII e que estão na origem do processo revolucionário?

Ao final do século XVIII, a Inglaterra mudou a sua política e passou a ter uma atitude mais intervencionista na colônia devido à necessidade de sanar suas



dívidas de guerra com o aumento de impostos e de ampliar o seu mercado consumidor em razão da já estudada Revolução Industrial. Vimos como o algodão americano se tornou um produto essencial para fomentar a indústria têxtil inglesa. A Guerra dos Sete anos (1756-1763) entre a França e Inglaterra, que tem lugar na própria América e culmina com a derrota francesa, trouxe mudanças. Após ela, a Inglaterra desejou manter a presença de militares ingleses na colônia. O sustento desse exército inglês na colônia era extremamente caro e era pago com os impostos cobrados dos colonos, o que era visto como uma atitude autoritária, uma vez que o exército estava ali para vigiá-los. Somado a isso, a coroa inglesa proibiu, por motivo das guerras frequentes entre indígenas e colonos, a expansão desses últimos em direção ao Oeste americano. A justificativa era a de que os indígenas viviam sob a proteção do rei, mas, com isso, feriam os interesses comerciais dos colonos na procura por explorar peles e desenvolver plantações de fumo.

A partir de 1763, as relações entre a Inglaterra e a colônia mudaram de maneira evidente, agravadas com a Lei de Açúcar de 1764, que estabeleceu impostos adicionais não apenas sobre o açúcar, mas também sobre artigos de luxo, vinho, café, roupas. É preciso lembrar, contudo, que muitos dos impostos já existiam desde 1733, mas não eram aplicados com rigor. Segundo Karnal, ao final do século XVIII, o que incomodava os colonos era a disposição da Inglaterra em cumprir a qualquer custo as leis existentes.

3. A reação colonial e o início da revolução

➤ Como foi a reação dos colonos diante da mudança da política inglesa na América?

A Guerra dos Sete Anos trouxe a percepção, por parte dos colonos ingleses, de que seus interesses não eram necessariamente os mesmos que os da metrópole. Em suma, os colonos colaboraram na guerra, formaram um exército, lutaram contra os franceses e indígenas e se sentiram parte do Império Inglês. Logo, não admitiam nenhum tipo de alteração que implicasse na autonomia conquistada pelas colônias desde os seus inícios.

A reação dos colonos foi acalorada e se manifestou por meio de jornais, panfletos, discursos religiosos e boicotes. O colono James Otis, por exemplo, publicou uma obra em que denunciava que "taxação sem representação era ilegal". De fato, foi a Lei do Selo, de 1765, na qual se notava a maior resistência organizada dos colonos com protestos em várias regiões. Em Nova Iorque, foi elaborada uma Declaração dos Direitos e Reivindicações dos colonos, em que ficou evidente a lealdade ao rei e as críticas ao parlamento inglês, fundamentadas principalmente na obra do pensador inglês John Locke, que defendia o direito à rebelião, caso a liberdade comercial e a propriedade privada fossem ameaçadas.

➤ Qual era, de fato, o questionamento dos colonos?

Vale notar que o problema não era o regime monárquico inglês, e sim a mudança da administração pública, que causou uma reação tão generalizada por parte dos colonos que fez com que a Lei do Selo fosse abolida pelos ingleses, embora mais adiante tivesse sido imposta a qualquer custo. Já a Lei do Chá gerou uma reação de boicote, com muitos colonos procurando substituir o chá por café ou chocolate, devido ao alto imposto cobrado. Além disso, em 1773, cerca de 150 colonos disfarçados de índios atacaram três navios carregados de chá, em Boston, atirando o produto ao mar.

Mas o evento mais dramático que deflagrou o movimento separatista foi o Massacre de Boston, ocorrido em 1770: os colonos, que protestavam pacificamente em prol da diminuição do preço do chá, foram punidos com mortal

violência. Assim, é possível perceber que essas leis tiveram como consequência não a desejada submissão da colônia, mas, ao contrário, o início do processo da independência.

4. John Locke e a ideologia dos revolucionários

- **Por que foi justamente John Locke, um teórico inglês, a contribuir com os argumentos formulados para o início do processo de independência na América?**

O mais importante pensador iluminista que contribuiu para o processo de independência foi Locke. Suas ideias estavam relacionadas à própria Revolução Gloriosa, de 1688, na Inglaterra, ao defender os limites da monarquia e as responsabilidades do parlamento, em sua obra *Ensaio sobre o governo civil*. Em seus argumentos, Locke insistia na legalidade da insubmissão dos súditos em relação ao um governo tirânico. Como suas ideias circularam também na colônia, a sua argumentação era compatível com a insatisfação política vivida pelos colonos: eles se sentiam súditos do rei, mas não tinham o direito de participar das decisões tomadas pelo governo que os afetariam. Logo, a legitimidade estava sendo contestada, pois, para os colonos, o governo inglês não buscava preservar a vida, a liberdade e a propriedade, tão defendida por Locke. Karnal apresenta um trecho da obra o *Segundo Tratado do Governo* de Locke para termos uma noção mais clara de como suas ideias adquiriram um sentido revolucionário.

Quem quer que use força sem direito, como o faz todo aquele que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais assim a emprega; e nesse estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor.²

Segundo o historiador, é possível identificar muitos pontos de contato entre Locke e a Declaração de Independência proferida por Thomas Jefferson, em 1776, no momento em que Thomas Jefferson defendeu a legitimidade da separação por meio de motivos considerados abusivos pelos colonos, como a adoção implacável da política mercantilista feita pelos ingleses. Além disso, ressaltava ainda a ideia de que todos os homens tinham o direito à vida, à liberdade e à busca pela felicidade. É importante observar, assim, que a independência não foi movida por sentimento nacional, mas sim por um sentimento avesso às imposições da Inglaterra. Claro que essa aversão não foi unânime, pois havia um medo de que os conflitos internos não fossem apaziguados, de que a abolição da escravidão fosse declarada e as elites perdessem suas propriedades e seus comércios. Os sulistas, por exemplo, foram de fato os que mais resistiram, pois temiam a abolição da escravatura e a perda de suas propriedades.

5. Thomas Paine e a Declaração de Independência: como as ideias agem

Havia na colônia inglesa sociedades secretas que defendiam a liberdade, mulheres que lutavam pelo seu espaço público, abolicionistas que discutiam a escravidão, ou seja, a sociedade colonial estava dividida em relação à melhor forma de organização política. Para obter um consenso, organizou-se o Congresso Continental da Filadélfia, em 1774, no intuito de elaborar uma petição ao rei Jorge da Inglaterra contra as medidas impostas, o que mostra, mais uma vez, que os colonos não desejavam inicialmente a separação; eles queriam os seus direitos reconhecidos tal como eram os dos ingleses que viviam na Inglaterra.

² KARNAL, Leandro. *O processo de Independência; A Ruptura e o Novo País*. In: *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.82.



O efeito foi o reforço do exército inglês na colônia, ou seja, uma guerra declarada. Como resultado, ocorreu o Segundo Congresso da Filadélfia, em 1776, no qual se conseguiu reunir todos os representantes das treze colônias para protestar e deliberar sobre os rumos a serem tomados. Era possível notar opiniões divididas no congresso e manifestantes nas ruas, como o ativista Thomas Paine (1737-1809), que pregavam por meio de panfletos a separação das colônias. Leia um trecho do panfleto intitulado de seu célebre panfleto *Senso Comum*.

A Inglaterra é, apesar de tudo, a pátria-mãe, dizem alguns. Sendo assim, mais vergonhosa resulta sua conduta, porque nem sequer os animais devoram suas crias nem fazem os selvagens guerra a suas famílias; de modo que esse fato volta-se ainda mais para a condenação da Inglaterra. [...] Europa é a nossa pátria-mãe, não a Inglaterra. Com efeito, este novo continente foi asilo dos amantes perseguidos da liberdade civil e religiosa de qualquer parte da Europa [...] a mesma tirania que obrigou aos primeiros imigrantes a deixar o país segue perseguindo seus descendentes.³

- **Como Thomas Paine via a Inglaterra? Qual a crítica que esse colono fazia à metrópole? Em que medida essas ideias representavam uma ruptura com a metrópole?**

Como é possível notar, Paine não atacava apenas o governo inglês, mas a monarquia como instituição legítima chegando ao ponto de defender explicitamente a separação.

A Europa está separada em muitos reinos para que possa viver muito tempo em paz, e onde quer que estoure uma guerra entre a Inglaterra e qualquer potência estrangeira, o comércio da colônia sofre ruínas, por causa de sua conexão com a Grã-Bretanha... Tudo o que é justo ou razoável advoga em favor da separação. O sangue dos que caíram e a voz chorosa da natureza exclamam: Já é hora de separar-nos! Inclusive a distância que o Todo-Poderoso colocou entre a Inglaterra e as colônias constitui uma prova firme e natural de que a autoridade daquela sobre estas nunca entrou nos desígnios do Céu...⁴

- **Qual foi a principal justificativa dada por Thomas Paine para que ocorresse a separação da Inglaterra? Qual a relação que podemos estabelecer nesse trecho entre o protestantismo e a política?**

Segundo Karnal, suas ideias políticas permeadas de religiosidade tiveram um impacto expressivo na Revolução Americana, pois a Inglaterra foi rejeitada por não cumprir o seu dever na condição de pátria-mãe. Em 4 de julho de 1776, as 13 colônias declararam independência e constituíram os Estados Unidos da América, explicando ao mundo as causas da separação da Inglaterra: as leis mercantilistas, o autoritarismo do rei, a presença de um exército na colônia e a imposição de duros impostos.

George Washington foi nomeado comandante das forças rebeldes contra a Inglaterra. A guerra não foi fácil, segundo Karnal, havendo resistências, traições, baixas, que ora favoreciam os colonos, ora aos britânicos. O apoio da França e Espanha mudaram os rumos da guerra e o reconhecimento da França, em 1785, em relação à independência das 13 colônias, contribuiu para a confirmação da legitimidade da vitória dos colonos. Apesar disso, a Inglaterra declarou guerra e perdeu, uma vez mais, na chamada Segunda Guerra de Independência, ocorrida entre 1812 e 1814.

³ KARNAL, Leandro. "O processo de Independência; A Ruptura e o Novo País". In: *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.85.

⁴ *Idem, Ibidem*.

6. Os limites e desvios da Revolução

- **Qual, segundo Karnal, foi a principal crítica feita à formação dos Estados Unidos da América? Havia uma distância entre os ideais republicanos e democráticos com a prática política?**

George Washington se tornou o primeiro presidente dos Estados Unidos. O pensador protestante Benjamin Franklin, defensor da liberdade e da democracia, foi considerado um grande herói nacional. Ambos são vistos como os principais “pais fundadores” da nação americana, que a partir desse momento forjou uma identidade norte-americana por meio, fundamentalmente, de uma Constituição cujos valores liberais, republicanos e democráticos estavam ali mencionados e unidos em nome da Federação.

James Madison, John Jay e Alexander Hamilton foram os mais destacados pensadores que conseguiram formular leis em meio ao debate constitucional, em 1787, levando em consideração a autonomia dos estados confederados, a garantia da liberdade individual e dos princípios democráticos e a necessidade de gerar estabilidade política ao país. Porém, quando observamos que esses líderes lutavam também pelos seus próprios interesses como os relativos à terra, ao comércio e ao trabalho, compreendemos os motivos de após a independência a escravidão ter permanecido, o voto ter se tornado restrito, as mulheres continuarem afastadas da política e os indígenas marginalizados.

Bibliografia Complementar:

APTHEKER, Herbert. *Uma nova história dos Estados Unidos: a Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1989.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da revolução americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

A Revolução Americana: liberdade e cidadania

Texto-base:

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos, Liberdade e Cidadania*. In: PINSKY, Jaime (org.) *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 134-157.

1. Apresentação do texto

Vamos discutir a Revolução Americana com base no texto *Estados Unidos, Liberdade e Cidadania*, também de Leandro Karnal. Desta vez, levaremos em conta as inovações políticas do período, isto é, as ideias de cidadania e liberdade produzidas, a partir do século XVIII, nos Estados Unidos da América. É importante considerar, antes de tudo, que os conceitos de cidadania e de liberdade são historicamente relativos, ou seja, geraram e geram reflexões e práticas distintas ao longo do tempo. Como lembra Karnal, tanto o Barão de Montesquieu quanto Péricles de Atenas, apesar de influenciarem a Revolução Americana, possuíam concepções distintas sobre os significados de liberdade e cidadania.

➤ Por que, para Karnal, as inovações políticas norte-americanas são vistas com ressalvas na América Latina?

Sabemos que a independência da Nova Inglaterra de 1776 produziu a formação de um novo país, os Estados Unidos da América, por meio de uma nova concepção política: aquela que negava o regime monárquico e o passado colonial opressor, ao instituir a Constituição de 1787, que legitimava a república democrática e a liberdade individual.

No entanto, quando observamos o impacto criado pela política externa dos Estados Unidos na América Latina, desde o século XIX, é comum um sentimento dúbio, de repulsa e admiração pelo fato de esse país ter se tornado a grande potência mundial e exercer, em nome dos ideais republicanos e democráticos constituídos, uma política externa imperialista arbitraria. Assim, é preciso investigar de maneira mais apurada os significados produzidos pela Revolução Americana, principalmente no que diz respeito aos sentidos dados à liberdade e à cidadania. Com isso, poderemos compreender melhor o alcance das inovações produzidas por essa considerada revolução e das críticas tecidas, posteriormente, ao seu projeto expansionista.

2. O mito da origem

➤ Por que, segundo Karnal, na origem da Revolução Americana se criou, por parte dos que a conduziram, uma narrativa mítica da história?

Em primeiro lugar, é importante dizer que as “origens da Revolução Americana” são, sob muitos aspectos, uma criação dos próprios líderes revolucionários e da historiografia oficial. Eles buscaram, no passado colonial, os germes da liberdade política e religiosa, que seria incompatível com as pressões sofridas na colônia pela Inglaterra, ao final do século XVIII.

Como sabemos, durante boa parte do século XVII e XVIII, a Inglaterra impôs

à colônia uma série de leis e restrições, mas muito pouco era fiscalizado e até mesmo cumprido. Desse modo, os colonos se acostumaram a se considerarem súditos do rei tais como os habitantes da metrópole, ao viverem com uma relativa independência. Uma das causas para isso eram os conflitos religiosos e políticos que a Inglaterra viveu em seu próprio país, como a estudada Revolução Inglesa de 1640, que a impediu de fiscalizar com mais afinco a colônia.

No entanto, ao final do século XVIII, a situação se inverteu, pois a Inglaterra havia contraído dívidas devido a Guerra dos Sete Anos com a França (1756-1763) e gerado novas necessidades ditadas pela Revolução Industrial. Com efeito, desejava lucrar com a colônia por meio de altos impostos cobrados, como a Lei do Selo, do Açúcar e do Chá, o que gerou uma reação fervorosa de movimentos políticos na colônia, que ocasionaram a proclamação da independência, em 1776.

Logo após esse processo, colocou-se de maneira clara o problema de como legitimar a nova nação, como formar um sentimento nacional e pensar sobre o passado em consonância com a nova modernidade política. Para tanto, criou-se uma visão mítica do passado que legitimava e dava sentido à nova condição presente. O primeiro e grande mito fundador da nação norte-americana foi, de fato, o *Mayflower*. Trata-se do nome dado ao navio que chegou, no início do século XVII, à costa leste dos Estados Unidos com protestantes fugidos dos conflitos da Inglaterra e dispostos a fundar uma nova ordem social com “leis justas e iguais”, nas quais as liberdades política e religiosa estivessem asseguradas. Era como se a ideia de cidadania tivesse sido semeada para a historiografia oficial desde os inícios do povoamento da América.

Somado a isso, nessa perspectiva, os peregrinos protestantes foram capazes de compartilhar de forma pacífica com os indígenas os ideais de um novo mundo. O símbolo desse episódio mítico é o *Thanksgiving* - o “Dia de Ação de Graças” -, momento específico em que peregrinos e indígenas se reuniram em uma ceia composta de alimentos americanos, como o Peru e o milho, com o intuito de compartilharem da formação dessa nova e livre sociedade.

Com efeito, desde a independência até os dias de hoje, nisso se constitui parte do imaginário político da formação da nação norte-americana: comemora-se o *Thanksgiving* como um dos mais importantes feriados nacionais. Segundo Karnal, a suposta vontade de liberdade expressa pelos pais peregrinos possibilitou que os líderes revolucionários do século XVIII estabelecessem uma linha direta com a Declaração de Independência, bem como com a rebelião de Nathaniel Bacon, em 1676, na Virginia, que teria um caráter democrático ao criticar os grandes proprietários de terras e defender o voto dos colonos pobres.

➤ **Quais são, segundo Karnal, os aspectos problemáticos dos mitos fundadores da nação norte-americana?**

Karnal chama a atenção para a ideia de que esses mitos fundadores da nação americana, que expressam valores relativos à liberdade e à democracia, são extremamente problemáticos, quando se observa que eles não registraram, por exemplo, o tratamento agressivo e intolerante dado pela maioria dos colonos aos indígenas. O “Dia de Ação de Graças”, assim, não revela e - mais que isso - nega o conflito e a intolerância estabelecida entre colonos e indígenas.

3. A união e pluralidade política e religiosa nas Treze Colônias

➤ **O que produziu a união das Treze Colônias? Como foi possível o país se constituir com tantos interesses internos divergentes?**



Como já vimos no texto anterior, a Declaração de Independência, em 1776, foi baseada no Segundo Congresso Continental da Filadélfia pelo fato de o rei ter violado os direitos básicos de liberdade, já experimentados, em muitos aspectos, pelos colonos trabalhadores e religiosos. Ou seja, inicialmente, segundo eles, não era uma revolta contra a legitimidade da monarquia, mas sim contra os direitos conquistados pelos súditos da coroa inglesa na Nova Inglaterra.

O país foi, então, fundado sob a égide da liberdade ao unir projetos e pessoas divergentes como os escravocratas da Virgínia, os comerciantes da Nova Inglaterra, os puritanos de Boston e os católicos de Maryland, que tinham em comum, fundamentalmente, a luta pela formação de uma nação que respeitasse as diferenças e a liberdade. Não é a toa que o país tem o nome neutro, *Estados Unidos da América*, e uma vertente historiográfica que considera a Revolução Americana como conservadora, uma vez que também buscou restaurar uma situação anterior: a não interferência inglesa em seus assuntos de interesse.

➤ **De que modo a pluralidade religiosa influenciou a liberdade política na formação dessa nação?**

É interessante observar, como salienta Karnal, que, ao contrário dos países ibéricos que colonizaram a América – vinculados à Igreja Católica –, na Nova Inglaterra havia uma diversidade religiosa, principalmente de protestantes, que acentuava a dificuldade do controle do Estado Inglês, e que teve como efeito a busca pelas liberdades política e religiosa. Isso estimulou alguns historiadores a explorarem o conflito da independência com uma questão religiosa.

4. A teoria e a prática

➤ **Quais são os principais argumentos teóricos que sustentaram a Revolução Americana?**

Pensadores ingleses, como John Locke, que influenciou a Revolução Gloriosa na Inglaterra, foram determinantes no processo de independência dos Estados Unidos, nesse caso, ao defender no *Segundo Tratado sobre o Governo* os direitos naturais e os direitos à rebelião. Difundido, principalmente, naquele período, por Thomas Paine, teve influência incendiária nos debates do movimento de independência, ao dar ênfase à ideia de que o Estado deve garantir a liberdade individual.

➤ **Por que a democracia constituída após a Revolução Americana é considerada relativa?**

Segundo Karnal, os textos de fundação da nação norte-americana são, sem dúvida, democráticos. A Declaração de Independência lida por Thomas Jefferson, em 1776, salientava que todos os homens eram iguais e possuíam os mesmos direitos individuais, como a vida, a liberdade e a busca pela felicidade. Da mesma forma, a Constituição, de 1787, iniciou-se com “Nós, o povo dos Estados Unidos...” A ênfase dada é à necessidade do Estado em garantir a liberdade individual e ao receio de que esse se torne autoritário e comprometa o princípio da liberdade.

Para tanto, as emendas constitucionais foram na direção de garantir, entre outras coisas, a liberdade de expressão e o direito do cidadão comum de portar armas. Além de formar instituições políticas que permitissem ao poder executivo, legislativo e judiciário vigiar um ao outro e não comprometer o exercício da cidadania. Segundo Karnal, os Estados Unidos criou, naquela época, a mais ampla possibilidade democrática do planeta, apesar de permanecer com a escravidão, proibir o voto de mulheres e brancos pobres e marginalizar as populações indígenas.

Vale dizer que o modelo democrático e estético norte-americano foi muito inspirado na Grécia Clássica, que também marginalizava as mulheres, os escravos e os estrangeiros. O conceito de cidadania, ao contrário de hoje, era ainda naquela época, relacionado à tentativa de garantir os privilégios de uma minoria por meio de uma cidadania de cunho liberal, que teve como efeito o extermínio das populações indígenas no ímpeto expansionista do capitalismo industrial e a continuidade da escravidão em muitas regiões do país.

Essa política ambígua em relação à liberdade e à cidadania sofreu, na época, muitas críticas e debates, uma vez que favoreceu, fundamentalmente, o grupo **WASP** (iniciais, em inglês, das palavras “brancos anglo-saxões protestantes”), bem como levou muitos a evocar a Constituição e lembrar que ela foi formulada por princípios igualitários, em que todos os homens possuem direitos iguais. Isso permitiu, ao longo da história norte-americana, a ampliação do conceito de cidadania sob um governo presidencialista.

Sabemos, assim, que o conceito de liberdade e cidadania é relativo. Foi desenvolvido nos Estados Unidos por diversos motivos específicos de colonização. Produziu efeitos e manifestações acerca da ampliação dos direitos individuais e levou à construção de uma visão mítica dos líderes dos movimentos da Independência, como Thomas Jefferson e George Washington, vistos pela historiografia oficial norte-americana como os fundadores da nação, símbolos da justiça e da verdade norte-americana. As críticas tecidas a esses líderes foram, segundo Karnal, amenizadas com a expansão para o Oeste, no século XIX, que ocultou por algum tempo muitas das disparidades sociais, como a escravidão.

➤ **Qual foi a contradição manifestada no governo por Andrew Jackson, primeiro presidente americano a dar maior evidência ao valor da democracia?**

O presidente - o primeiro de origem humilde - que ampliou as possibilidades democráticas dos Estados Unidos foi Andrew Jackson, que universalizou o voto masculino, possibilitou a publicação de jornais baratos, ampliou o ensino público leigo e escandalizou a aristocracia republicana. Por outro lado, foi no governo de Jackson que os indígenas sofreram duras baixas e foram expulsos dos lugares de interesse dos agricultores e industriais. Naquela época, isso não impediu que o país fosse constantemente admirado por sua formação e recebesse milhares de imigrantes que ansiavam pela liberdade e oportunidade de conquistas materiais. Em menos de 50 anos, o território norte-americano havia quintuplicado de tamanho; a conquista do Oeste havia gerado prosperidade e o entendimento de que essa nação era predestinada ao sucesso, à conquista, ao desenvolvimento, a riqueza e ao trabalho.

Era o sonho americano de igualdade relatado no *Destino Manifesto* (1823) e experimentado por alguns, pois os negros, as mulheres, os imigrantes latinos teriam e ainda têm que lutar para tornar esse sonho uma realidade. O célebre advogado e cientista político Alex Tocqueville reconheceu, em seu livro clássico *A democracia na América* (1843), as inovações da sociedade norte-americana por meio de um olhar crítico acerca, por exemplo, da participação das massas, dos limites da liberdade individual, da falta de uma identidade coletiva e do enriquecimento concentrado gerador de desigualdades sociais, possibilitando, com isso, nos fazer observar as ambiguidades da democracia na América.

Bibliografia Complementar:

APTHEKER, Herbert. *Uma nova história dos Estados Unidos: a Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ARENDRT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1989.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da revolução americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

A Revolução Americana no Federalismo Americano

Texto-base:

SCHWARTZ, Bernard. *Os principais aspectos do Federalismo Americano*. In: *O Federalismo Norte-americano Atual: Uma Visão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1ª Ed. 1984), p. 9-25.

1. Apresentação do texto

Continuamos com as reflexões sobre a Revolução Americana. Agora com o intuito de analisar um de seus principais efeitos: a formação das unidades autônomas da nação ou do Federalismo norte-americano, tomando como base o texto do professor Bernard Schwartz, da Universidade de Nova Iorque, publicado no Brasil, nos anos de 1980.

É necessário lembrar que parte da Revolução Americana se concretizou na formulação de uma constituição, a Constituição de 1787, que representou o momento fundador da nação norte-americana, cujos direitos individuais e coletivos relativos à liberdade econômica, religiosa e política estavam ali colocados. A autonomia política conquistada pelos estados em relação ao governo central foi o grande exemplo da ideia de liberdade oriunda da Revolução Americana e, é por isso, que vamos nos dedicar a questão do federalismo.

Os Estados Unidos foram formados, inicialmente, por 13 estados que haviam se unido contra a coroa inglesa no anseio de manter a autonomia de determinadas práticas já existentes, além de construir outras específicas as suas necessidades. Esses estados não desejaram, no princípio, a separação, e sim a liberdade política colocada como elemento fundamental nos próprios processos revolucionários vividos, no século XVII, na Inglaterra. Quando os ingleses desconsideraram as reivindicações dos colonos, o processo de independência foi deflagrado. Com efeito, se constituiu uma nova nação formada, inicialmente, por 13 estados providos de grande autonomia.

➤ Por que o federalismo americano apresentou uma dimensão revolucionária?

O tema do federalismo americano pode até parecer secundário, mas se se observar o contexto político do período, grande parte dos países europeus e americanos vivia sob regimes monárquicos, autoritários e centralizadores, e não organizados como repúblicas democráticas capazes de lidar com a diversidade de interesses políticos, econômicos e sociais de cada região. Como afirmou o presidente norte-americano Woodrow Wilson, em 1908, a relação entre os estados e o governo central permanece como um tema cardeal na própria Constituição norte-americana, que sofreu, desde sua fundação, poucas modificações, quando comparada, por exemplo, à Constituição brasileira.

2. Característica geral do federalismo americano

➤ Qual foi a principal característica inovadora do Federalismo Americano?

Schwartz salienta o aspecto mais importante do federalismo norte-americano ao evidenciar a particular relação de poderes, na qual os estados

detêm consideráveis direitos em relação ao governo central. Isto foi uma inovação para a época moderna, já que grande parte dos regimes europeus era submetida a governos monárquicos centralizadores.

Segundo o Schwartz, *“na maioria dos países europeus existe controle central sobre as atividades locais num grau de que ainda não se ouviu falar nos Estados Unidos, mesmo numa época em que testemunhou uma expansão sem precedentes da autoridade de Washington”*.⁵ Desse modo, a característica fundamental dos Estados Unidos foi a de coordenar com a garantia constitucional o governo central e os estados de maneira independente. Nessa direção, o governo central não seria tão poderoso e nem os estados tão submissos ao se constituírem como soberanias separadas e, ao mesmo tempo, interdependentes.

➤ **Quais foram os principais elementos do federalismo americano presentes na Constituição americana de 1787?**

Os principais elementos da Constituição considerados fundamentos revolucionários são: 1) a independência das unidades políticas; 2) a divisão de poderes entre a nação e os estados; 3) a liberdade de ação dos estados dentro dos seus limites territoriais; 4) a possibilidade de cada região impor a lei; e 5) a supremacia do governo nacional sobre qualquer esfera conflitante com o poder estadual.

a. A independência das unidades estaduais

A Constituição americana, formulada em 1787, foi promulgada em nome do povo e dizia: *“nós, o povo dos Estados Unidos...”* Mas, na prática, foram os delegados de cada um dos 13 estados norte-americanos que elaboraram a Constituição, por meio de uma união voluntária formada logo após a revolução, que garantia aos estados leis próprias e independentes.

b. A divisão de poderes entre nações e estados

➤ **Por que, então, houve a intenção de se produzir leis próprias e independentes para os estados?**

É importante compreender que a formulação da Constituição americana foi um projeto para a nação republicana, permeado por debates conflituosos em que os 13 delegados de cada estado se reuniram para defender os seus interesses, sem a intenção de reduzir os estados a meras unidades administrativas ou permitir a predominância de um sobre os demais, de maneira autoritária. Eles foram capazes também, posteriormente, de admitir outros estados: em menos de um século, o projeto expansionista norte-americano elevou o número de estados de 13 para 50.

O Havaí e o Alasca foram os últimos a serem anexados, já no século XIX, podendo criar suas próprias leis garantidas pela Décima Emenda Constitucional. Segundo Schwartz, os Estados Unidos são constituídos por poderes delegados aos estados, sem que isso, teoricamente, gere conflitos e iniba o poder do próprio governo central, como os de arrecadar impostos, tomar dinheiro emprestado, regulamentar o comércio, declarar e conduzir uma guerra e sustentar exércitos e marinha.

c. Duas Soberanias: o governo central e os estados

➤ **Qual a vantagem da enorme autonomia dos estados em relação ao governo central?**

⁵ SCHWARTZ, Bernard. *Os principais aspectos do Federalismo Americano*. In: *O Federalismo Norte-americano Atual: Uma visão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1ª ed. 1984) p. 10.



Foi logo após a Independência norte-americana que a Confederação decidiu a legitimidade da autonomia dos estados em relação ao governo central, do que resultou que cada indivíduo se encontrava sujeito às decisões de dois governos: o da capital Washington e o da capital dos seus respectivos estados – que não são ramos do governo central, mas sim instrumentos de unidades políticas originais, separadas e, em considerável grau, independentes.

Isso explica o fato de, após a Independência dos Estados Unidos, em 1776, existirem estados escravistas e outros que já haviam abolido a escravidão. Hoje em dia, por exemplo, há estados que mantêm a pena de morte e outros que a aboliram. A grande vantagem dessa autonomia política é a capacidade dos estados de produzirem leis e de administrarem sua economia mais de acordo com suas necessidades.

d. Mecanismo completo de imposição da Lei

➤ **Quais são as atribuições distintas existentes entre os estados norte-americanos e o governo central?**

Nessa direção, cada estado é capaz de formular suas próprias leis e garantir que elas sejam cumpridas, pois dispõem de poderes legislativo, judiciário e executivo, além de uma constituição específica. Logo, o poder do estado sobre o americano é mais frequente do que o do governo central. O estado desempenha algumas das funções governamentais mais essenciais como educação pública, proteção policial, preservação de incêndios, saneamento, saúde pública, regulamentação de atividades bancárias, etc. Já o governo central cuida, por exemplo, do imposto de renda, do serviço militar e do correio.

e. A supremacia do poder nacional

Há sempre casos de conflito de interesses entre os estados e a federação. Nesses momentos, a Constituição americana garante a supremacia nacional: as ordens de Washington devem prevalecer, por meio da Lei Suprema Constitucional, privilegiando, assim, a unidade nacional. É o poder judiciário elemento fundamental para que a lei seja cumprida. Como foi expresso na Constituição de 1787: “Se as fraquezas que haviam tornado inefetiva a confederação de estados estabelecida depois da Revolução Americana devem ser evitadas no novo sistema, esse precisa incorporar ‘um princípio coercitivo’”. A questão real era se devia ser uma “*coerção da lei ou uma coerção de armas*”⁶. A “*coerção da lei*” é garantida pela Suprema Corte dos Estados Unidos, não sem contestações. Ela não é um instrumento absolutamente perfeito para a efetivação das leis, mas, sem ela, a união dos estados americanos estaria em constante perigo.

3. Os limites da Constituição americana

➤ **Para Schwartz, quais foram os problemas da Constituição americana?**

O autor lembra que há interpretações, como a do historiador Charles A. Beard⁷, acerca da Constituição aprovada pelos fundadores da nação norte-americana, que defendem a ideia de que ela refletiu mais do que tudo, naquela

⁶ SCHWARTZ, Bernard. *Os principais aspectos do Federalismo Americano*. In: *O Federalismo Norte-americano Atual: Uma visão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1ª ed. 1984) p. 22.

⁷ <http://noticias.terra.com.br/educacao/historia/noticias/0,,OI4585805-EI12887,00-Constituicao+Americana+de+uma+critica+de+um+historiador.html> Acesso:20/06/2012

época, os interesses dos senhores de escravos, dos grandes comerciantes e dos financistas, de modo geral, pois legislaram para conceder independência aos seus interesses pessoais, como a proteção as propriedades privadas e o voto do povo representado pelos delegados de cada estado, evitando, com isso, o governo da maioria, ou seja, um governo efetivamente democrático. Por fim, mesmo a considerada conquista revolucionária representada pela Constituição republicana dos Estados Unidos, em 1787, não deixou de significar, para muitos críticos, sinônimo de conservadorismo e elitismo.

Bibliografia Complementar

APTHEKER, Herbert. *Uma nova história dos Estados Unidos: a Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ARENDR, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1989.

BAILY, Bernard. *As origens ideológicas da revolução americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

A Revolução Francesa: a “interpretação de esquerda”

Texto-base:

HOBBSAWM, Eric. *A Revolução Francesa*. IN: *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz & Terra, 1996, p. 71-94.

Começaremos agora a tratar da Revolução Francesa, tomando como base o texto de Eric Hobsbawm, que é um bom exemplo da interpretação que a chamada tradição historiográfica de esquerda deu ao fenômeno.

1. Características principais e o estopim da Revolução

- **Na primeira parte de seu texto, Hobsbawm introduz o tema tratando das características principais de Revolução para, em seguida, apresentar os elementos fundamentais na compreensão do que a teria ocasionado. Quais são as características principais dessa Revolução, para Hobsbawm, em termos do que ela legou ao mundo?**

Ele lembra que tanto a política como a ideologia do século XIX tiveram como referência fundamental a Revolução Francesa. Assim, mesmo que se considere que o século XVIII foi uma época de muitas outras agitações políticas, essa revolução teve um significado histórico muito mais profundo. Em primeiro lugar, porque aconteceu no mais populoso e poderoso Estado europeu. Em segundo, porque foi uma revolução que envolveu uma participação massiva e incomparavelmente mais radical. Finalmente, porque a Revolução Francesa foi a única ecumênica. Não só seus exércitos pretenderam revolucionar o resto do mundo, mas suas ideias efetivamente o fizeram, fornecendo o modelo para todas as revoluções posteriores.

- **Onde Hobsbawm localiza as forças originárias da Revolução?**

Na situação específica da França. Segundo ele, no século XVIII, esse país, ao lado da Grã-Bretanha, era a maior economia mundial e a mais típica e poderosa das monarquias absolutas europeias. Isso a tornava o cenário mais propício para o conflito entre os beneficiados do velho regime e as novas forças sociais.

- **E, mais particularmente, como ele explica seu estopim?**

Ele localiza o estopim da revolução mais precisamente na situação da nobreza às vésperas da revolução, a chamada “reação feudal”. Ela, desde a consolidação da monarquia absoluta, tinha perdido sua independência política e vivia uma crise econômica, pois os gastos que exigiam o *status* de nobre cresciam muito, e o faziam inversamente aos seus ganhos, reduzidos pela ação da inflação.

Nesse quadro, ela recorreu cada vez mais aos privilégios reconhecidos, ocupando os postos oficiais antes preenchidos com homens de classe média, afrontando seriamente os interesses desse grupo. Além disso, passou a explorar seus direitos feudais, de modo a extorquir dinheiro do campesinato, que se via também seriamente afetados. O envolvimento da monarquia na guerra da independência americana e sua dívida decorrente levaram o governo a uma severa crise financeira que deu à aristocracia a sua oportunidade para tentar reconquistar o Estado. Esta tentativa é o início da Revolução.

- **Ele explica que essa tentativa fracassou, porque a nobreza negligenciou dois aspectos principais do contexto em questão. Esses dois aspectos estão na origem do rumo diferenciado que ela tomou. Quais são eles?**

Estes são interesses do “Terceiro Estado” e a severa crise socioeconômica. Segundo ele, é a burguesia, caracterizada por um notável consenso de ideias, que dará unidade ao movimento revolucionário. Apesar de as ideias serem as do liberalismo clássico, que defendia um governo constitucional de contribuintes e proprietários, esse governo desejado expressaria “oficialmente” a vontade geral do “povo”. Assim, esse grupo supostamente representava os trabalhadores pobres das cidades e do campesinato. Valendo-se, portanto, de forças sociais bem mais poderosas a burguesia conseguiu a primeira vitória revolucionária em sua luta pelo direito de explorar sua maioria potencial de votos no parlamento. Nesse quadro, foi a profunda crise econômica que fez de uma limitada agitação reformista uma revolução, potencializada pela reação das forças contrarrevolucionárias.

- **Hobsbawm explica que o comportamento da burguesia, com o desenvolvimento da Revolução, forneceu o modelo do padrão revolucionário de classe média. Como é isso?**

Uma vez radicalizadas as comoções populares, setores revolucionários da classe média, temerosos das implicações sociais desse levante de massa, começaram a pensar que era chegada a hora da reação conservadora. Com isso, segundo ele, estava bem claro o modelo da política revolucionária burguesa francesa que se repetiria nas revoluções burguesas posteriores: os elementos da classe média inicialmente mobilizavam as massas, mas, na medida em que iam além de seus objetivos, esses paulatinamente se afastaram delas em direção ao campo conservador.

2. A Revolução entre 1789 e 1791

- **Segundo Hobsbawm, quais foram as características principais da Revolução entre 1798 e 1791?**

Em primeiro lugar, o governo revolucionário foi conduzido pela vitoriosa burguesia moderada que iniciava uma ampla racionalização e reforma da França, da qual resultou grande parte dos elementos institucionais duradouros da revolução. As posições da Assembleia Constituinte eram totalmente liberais, dando efetivamente pouca satisfação aos interesses do povo comum. Além disso, a Constituição de 1791 repeliu a democracia mais abrangente por meio da monarquia constitucional fundamentada no voto censitário.

- **Quais são as resistências que esse governo encontrou? E qual o papel da Guerra nesse quadro e na queda da liderança revolucionária moderada?**

Por um lado, esse governo conheceu a oposição da monarquia e do clero, inconformados. Por outro, as flutuações dos preços dos alimentos, decorrente da economia de livre empresa, estimulariam a militância dos pobres das cidades. A eclosão da guerra agravou a situação, transformando a história da Revolução Francesa na história da Europa, devido ao envolvimento das monarquias estrangeiras que, aliando-se ao rei francês, viam nisso uma proteção importante para seus próprios governos. A vitória inicial desse grupo contrarrevolucionário trouxe a radicalização. Segundo Hobsbawm, somente os métodos de “guerra



total” poderiam vencer a contenda, por meio do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra. Mas as possíveis consequências políticas da combinação da revolução popular com a guerra eram temidas pelos moderados no governo e esse acabaria por cair pelas mãos dos *sans-cullotes*, que viam na “guerra total” a solução vitoriosa, mas também um meio de mobilização popular e de tornar mais próxima a justiça social.

3. A República Jacobina

➤ **Hobsbawm trata, em seguida, do governo revolucionário jacobino. Quais foram suas características?**

Em primeiro lugar, a República Jacobina era vista pelos contemporâneos como a primeira república popular e sua violência como único recurso eficaz para preservar o país - o que, segundo Hobsbawm, era verdadeiro. Em segundo, esse governo conseguiu mobilizar o apoio da massa contra a dissidência moderada e conservadora, além de preservar o apoio dos *sansculottes* de Paris. Em terceiro, criou uma nova constituição, a primeira genuinamente democrática já proclamada por um Estado moderno.

Ademais, esse governo conseguiu o apoio devotado de pequenos e médios proprietários camponeses, artesãos e lojistas à Revolução e à República, apoio que vem dominando a vida do país desde então. Mas, segundo Hobsbawm, seu preço foi que a transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa seria reduzida a um rastejo, comprometendo a urbanização, o mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e a posterior revolução proletária.

➤ **Quais foram as razões para o ocaso da república Jacobina?**

A República Jacobina ruiu porque se viu obrigada a afastar sua força principal: o apoio popular. Em primeiro lugar, devido às necessidades de administração do país em guerra que exigiram a centralização e disciplinamento das milícias e das eleições *sans-cullotes*, grupo que era sua base. Em segundo, havia as necessidades econômicas da guerra que, com medidas como o confisco sistemático de alimentos no campo e o congelamento dos salários, prejudicava a população rural e urbana. Em terceiro, as posteriores restrições à liberdade descontentaram o homem de negócios. Por fim, as incursões ideológicas extravagantes do governo, desaprovadas entre os mais esclarecidos, e o constante uso da guilhotina. Com a direita e a esquerda sendo executadas, os jacobinos ficaram politicamente isolados. Como somente a crise da guerra os mantinha no poder, o fim dela implicou também no fim da República Jacobina.

4. A República Termidoriana

➤ **Nessa parte do texto, Hobsbawm trata do último período revolucionário, a República Termidoriana. Quais foram as suas principais características?**

O objetivo desse governo era evitar ao mesmo tempo o duplo perigo da república democrática jacobina e o do velho regime. Outra característica era a importância do exército. Os termidorianos cada vez mais dependiam dele, seja para dispersar a oposição, seja - por meio de suas pilhagens e conquistas - para atender ao desejo da classe média por iniciativas e expansão. Assim, esse governo foi marcado pela superioridade militar sem precedentes do exército que, por sua quase independência financeira em relação ao Estado e oportunidades de carreira abertas ao talento pela revolução, despertava interesse dentro

da burguesia e fazia dele um pilar do governo pós-termidoriano e de seu líder, Napoleão Bonaparte, uma pessoa adequada para arrematar a revolução burguesa e iniciar o regime burguês.

➤ **Por fim, Hobsbawm trata da mitologia que cerca Napoleão e seu governo. Qual foi sua posição sobre ela?**

Sobre a mitologia que cerca Napoleão e seu governo, Hobsbawm lembra que essa pôde ser adequadamente explicada menos pelos méritos de Napoleão do que pelos fatos, inéditos, de sua carreira. Todos os homens comuns ficavam absolutamente enfeitiçados pela visão - então sem paralelo - de um homem comum que se tornou maior do que aqueles que tinham nascido para serem reis. Ele reconhece, porém, que para os franceses ele foi o mais bem-sucedido governante de sua longa história, pois além de triunfar internacionalmente, em termos de política interna estabeleceu as instituições francesas atuais, de modo que trouxe estabilidade e prosperidade para todos, mantendo os benefícios econômicos da Revolução. Hobsbawm observa que, ainda que este tenha destruído o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Jacobina, o mito da Revolução sobreviveu como mais poderoso do que o dele, uma vez que é a memória dessa que inspirou as revoluções do século XIX.

Bibliografia complementar

ARENDETT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1989.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. São Paulo, 1989

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

LEFORT, Claude. *A Invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Difel, 1974, p. 41-63.

SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

A Revolução Francesa: a interpretação de François Furet

Texto-base:

FLORENZANO, Modesto. *François Furet historiador da Revolução Francesa*. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 132, jun. 1995, p. 95-109. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091995000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jun. 2012.

Apresentaremos, aqui, um entendimento diferente da chamada interpretação de esquerda da Revolução Francesa. Para isso, vamos utilizar o artigo de Modesto Florenzano, que faz um balanço geral da obra de François Furet sobre a Revolução Francesa, mostrando como o historiador construiu uma nova interpretação desse acontecimento, bem como os pontos críticos dela.

1. A obra *La Revolution Française*

- **É com a obra *La Revolution Française* que Furet dá início a um esforço bem-sucedido de reinterpretção da Revolução. Segundo Florenzano, nessa obra, quatro teses se destacavam pelo seu “caráter herético” em relação aos pressupostos da historiografia de esquerda da Revolução. Quais foram essas teses?**

Primeiramente, a tese segundo a qual, no final do Antigo Regime francês, mais do que luta de classes entre burguesia e nobreza, o que havia era uma integração crescente entre ambas, a ponto de conformarem uma única elite. Essa elite tem em comum o pensamento iluminista, os mesmos gostos, valores e ideias de reformas políticas. O conflito que havia, para Furet, era entre a sociedade civil e o Estado, incapaz de atender a seus interesses.

A segunda tese foi a da “derrapagem da Revolução”: diante de um Estado disfuncional e incapaz de se reformar, a elite lança mão da Revolução (que é política). Mas, com a entrada em cena das massas, a revolução vai sofrer uma “derrapagem”, isto é, sai do controle dessas elites.

A terceira tese foi a do arcaísmo e do inconsciente sexual dos *sans-culottes*, segundo a qual as massas urbanas não levaram, para o cenário político, objetivos e ações radicalmente novas, mas sentimentos e comportamentos arcaicos e violentos, alguns, inclusive, de origem sexual. A última foi, como consequência, a tese de que não havia unidade no processo revolucionário, mas três revoluções autônomas, simultâneas e interpenetráveis.

2. O livro *Pensando a Revolução Francesa*

- **Em *Pensando a Revolução Francesa*, Florenzano lembra que o método, o objeto, a análise e o estilo de Furet constituem uma novidade no quadro da historiografia da Revolução Francesa. Quais foram essas contribuições?**

Pela primeira vez, a Revolução Francesa foi entendida como algo única e simplesmente político (isto é, livre de interferências de outra natureza). Em suma, para Furet, a significação histórica da Revolução Francesa reduziu-se à

invenção da democracia moderna e da identidade nacional para os franceses. Seu objeto de análise foi, portanto, a revolução como poder e ideologia. Mais precisamente, pela primeira vez, um historiador estudou a Revolução como linguagem, discurso e representação na qual, aparentemente, não havia um sujeito político. Segundo Florenzano, para Furet, a Revolução não foi uma luta de classes ou de interesses pelo poder, mas sim de ideias e de falas em luta pelo reconhecimento como verdade política e moral.

3. O ensaio “A Revolução está terminada”

- **Sobre o ensaio célebre de Furet, *A Revolução está terminada*, Florenzano lembra que ele contém uma denúncia sobre a relação viciada que sempre se estabeleceu entre os historiadores e a Revolução Francesa. Qual era ela?**

Em seguida, Florenzano apresentou o ensaio célebre de Furet, *A Revolução está terminada*, segundo o qual a própria Revolução Francesa, por meio de seus atores, produziu um discurso, uma ideologia sobre si mesma. Assim, ainda que institucionalmente, a Revolução continuou, com a consolidação da República, em termos intelectuais. Porque naquele momento se tornou claro que a Revolução era muito mais do que a República. Ela era, nas palavras de Furet, “uma anunciação que nenhum acontecimento esgota”, ou seja, uma promessa nunca totalmente cumprida.

O fato é que, segundo Furet, os historiadores franceses do século XIX, exceto Toqueville e Couchin, estabeleceram com a Revolução uma relação de identidade. Assim também fizeram os do século XX, só que acrescentando a essa identificação uma outra, a da Revolução Russa. De modo que ambos ficaram limitados a reproduzir as categorias e o discurso dos próprios atores da Revolução.

- **Nessa obra, Furet argumenta que esse ciclo vicioso entre historiadores e Revolução Francesa se encerrou. Por quê?**

O distanciamento crítico necessário tornou-se, possível, segundo Furet, no final da década de 1960, porque, em primeiro lugar, as contradições entre o mito revolucionário e as sociedades ditas revolucionárias não poderiam mais ser disfarçadas com a crise do socialismo real e do marxismo. Em segundo, porque o saber histórico deixou de considerar que os “fatos falam por si mesmos”.

- **Como lembra Florenzano, Furet foi buscar em Tocqueville e em Cochin a dupla matriz de sua análise. Com eles, Furet chegou a uma nova interpretação do que realmente foi a grande novidade da Revolução. Qual era ela?**

Para Furet, o que havia de mais novo na Revolução Francesa era um novo tipo de prática e de consciência históricas, cujas causas não poderiam ser reduzidas a fatores econômico-sociais, como a miséria, a opressão, o capitalismo e a luta de classes. Para Furet, essa Revolução foi o momento que separou um regime político de outro, mas, sobretudo, foi a ocasião que separou uma ideia de que a história é imposta ao homem da ideia de que ação humana conduz a história.

- **Furet procurou demonstrar que essa transformação radical se operou mais na esfera das ideias do que propriamente na prática. Por quê?**



Ele considera que, em meados do século XVIII, a sociedade civil francesa começou a se revitalizar e a se subtrair à obediência passiva ao Estado, dando origem a um conflito entre a sociedade de ordens e o regime absolutista. Assim, a sociedade civil francesa precisava encontrar novos canais de comunicação com o Estado e novos porta-vozes. Mas, na falta de alternativas, foram porta-vozes os filósofos, que, desde sempre excluídos de qualquer prática efetiva do poder, buscaram teorizar uma sociedade perfeita e não construir uma melhor do que a sua própria.

- **Conforme Florezando observa, é com Couchin que Furet define, mais precisamente, o papel dessa teorização, dessa ideologia, no processo revolucionário. Qual foi esse papel?**

Furet observa que, quando a ideologia revolucionária ocupou o poder em 1789, foi porque esse espaço de poder já havia se tornado vago sob a ação dessa mesma ideologia. Assim, a Revolução tratou-se basicamente na abertura de uma sociedade a todas as suas possibilidades.

- **Ainda nesse ensaio Furet, segundo Florenzano, mostrou como a Revolução foi uma continuidade em muitos aspectos com o Antigo Regime. Por quê?**

Em primeiro lugar, para Furet, se a Revolução se fundou em uma nova legitimidade – o poder do povo –, ela, no entanto, não criou uma nova legalidade, conservando a mesma concepção do poder absoluto: isto é, o poder como algo que não podia ser compartilhado e que não admitia o desacordo e a ideia da representação política. Além disso, ele mostra que todas as ações revolucionárias são baseadas na ideia da “conspiração aristocrática”, que fornecia a energia simbólica ao movimento e se tornava, assim, o instrumento por excelência do poder revolucionário.

Assim, Furet não hesitou em atribuir à ideologia revolucionária e, portanto, ao jacobinismo, toda a responsabilidade pelo terror e pela guerra. E, contrariamente ao que defende toda a historiografia de esquerda, negou que o terror pudesse ser explicado pela guerra e luta de classes vividas pela França revolucionária. Nesse quadro, se o jacobinismo estabeleceu uma ligação entre a política e uma parte das massas populares, por outro lado, não deixou de ser um poder oligárquico que se transformou em um poder absoluto.

4. O ensaio *A Revolução está terminada*

- **Na terceira parte do texto, Florenzano analisa o texto *A Revolução está terminada*, mostrando como o pensamento de Furet se radicalizou. Quais era sua principal característica?**

Nela, o econômico e o social não tinham qualquer valor ou peso explicativo para se compreender a Revolução e sua ideologia. Aqui, Furet reduziu a Revolução a uma teoria e ação política, a qual foi explicada livre de toda determinação socioeconômica. E, dentro da Revolução como política, a dinâmica ideológica ganhou tamanho anonimato e autonomia, que acabou por surgir como o próprio motor e sujeito da ação.

- **Em seguida, Florenzano apontou os problemas decorrentes dessa radicalização da interpretação de Furet sobre a Revolução. Quais foram?**

Ao opor o simbólico ao social, Furet acabou por reproduzir a linguagem dos revolucionários, uma vez que ambos acreditavam na separação entre política

e interesses de grupo. Além disso, Furet reconstruiu os fatos e os organizou de modo tão lógico e abstrato que a coerência absoluta resultante pouco teve a ver com as incoerências e as complexidades da realidade estudada.

Assim, sua explicação cai num “curto-circuito semiológico”, conforme observado por Lynn Hunt. Florenzano cita também a críticas que faz o historiador italiano Luciano Guerci. Numa delas, ele aponta que a maneira como Furet explicou as lutas da revolução se configuraram como meros “exercícios verbais” de personagens que nada mais eram do que reféns da “sociabilidade democrática” num “jogo de cartas marcadas”.

Além disso, Furet estaria equivocado ao negligenciar que existiam problemas econômicos e sociais, os quais os líderes políticos tiveram que considerar. Assim, as massas condicionaram escolhas políticas decisivas. Por fim, Florenzano encerra com uma crítica que o filósofo Claude Lefort fez a Furet. Segundo ele, Furet deveria considerar que, no “culto do impossível” que levou à evasão no imaginário, se manifestou também a “fé no impossível” que animou e continua a animar a ação transformadora.

Bibliografia complementar

- ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. São Paulo, 1989
- HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Ibrasa, 1968.
- LEFORT, Claude. *A Invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.
- SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Difel, 1974, p. 41-63.
- SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

A Revolução Francesa: a ideia de Nação e Revolução

Textos-base:

NORA, Pierre. *Nação*. IN: FURET, François; OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1989, p. 803-814.

OZOUF, Mona. *Revolução*. IN: FURET, François; OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1989, p. 840-851.

Encerrando a disciplina, discutiremos dois conceitos fundamentais: entre os maiores legados da Revolução Francesa, estão o conceito de Nação e o de Revolução. Faremos isso a partir da leitura dos verbetes *Nação*, escrito por Pierre Nora, e *Revolução*, por Mona Ozouf, ambos constantes do *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, organizados por François Furet em 1989.

NAÇÃO

1. Nação e Revolução francesa: aspectos e consequências gerais dessa relação

- **Pierre Nora inicia seu texto com sua hipótese geral, segundo a qual coube à Revolução Francesa duas ações em relação a esse termo. Quais foram essas ações?**

Em primeiro lugar, ter unido sob essa palavra três sentidos distintos: um sentido social, isto é, nação a significou um conjunto de cidadãos iguais perante a lei; um sentido jurídico, em que nação representava o poder constituinte, ou seja, é de onde emana o poder constituído, o Estado, e, por fim, um sentido histórico: nação é um conjunto de homens unidos por uma continuidade temporal, em outras palavras, que compartilham de um mesmo passado e futuro.

Em segundo lugar, a Revolução colocou o conceito de nação em relação a outros conceitos, cujos significados estarão a partir de então correlacionados. Em outras palavras, termos com *Reino*, *República*, *Estado*, *Pátria* e *França* ganharão novos significados à luz desse novo entendimento do que é a “nação”.

2. A história do conceito até o “estopim” da Revolução

- **Tendo feito esse preâmbulo geral, Nora apresenta um pequeno esboço da trajetória do termo até o início da Revolução. Segundo ele, antes do século XVIII, nação tinha duas acepções diferentes. Quais eram elas?**

Uma acepção abrangente e religiosa, em que nação consistia numa das divisões naturais da espécie humana criada por Deus. A outra, estreita, relacionava nação à pequena comunidade, à família e que, mais adiante, a ligaria ao sentimento da pátria.

- **Segundo Nora, é nesse significado duplo e ambivalente de nação que, apesar de longe do sentido moderno, já se encontravam presentes os três componentes que a Revolução uniria na ideia de nação. Quais eram esses componentes?**

Em primeiro lugar, um componente geopolítico, neutro e plural, que supunha e aceitava a coexistência de outras nações. Em segundo, um componente evangélico, com potencialidade universal, além de religiosa, e que, portanto, buscava suprimir a diferença; por fim, um componente “carnal e próximo” e, por conseguinte, afetivo.

- **Nora observa que, no século XVIII, a “nação” sofreu uma elaboração muito mais avançada. Qual foi ela?**

Ela surgiu concebida como “povo que habita certa extensão de terra, encerrada em certos limites, que obedece ao mesmo governo” e se distinguia por seu “caráter particular”. No entanto, ele observa que, mais do que nessas discussões de filósofos, foi por meio da tradição parlamentar e no exercício dos reformadores do Estado que se manteve e desenvolveu o pensamento sobre a “nação”.

- **Nora mostra que o advento quase oficial da nova ideia de “Nação” foi contemporâneo dos próprios primórdios da Revolução. Por quê?**

Nela, a “nação” ganhara sentido político e polêmico, dobrando sua carga revolucionária. Isso porque, segundo Nora, a nação manifestou pela primeira vez consciência de si própria no momento em que substituiu os Estados-Gerais da antiga monarquia pela Assembleia Nacional. Ou seja, a criação da nova ideia de “nação/nacional” estava implicada na negação da sociedade de ordens. Além disso, o conceito de Nação estava também agora ligado à legitimação de uma nova configuração política, uma vez que se entendia que a origem de toda soberania estava na Nação – não mais no rei, portanto. Nora, não obstante, lembra que nesse momento também se formulou e se propagou a ideia de “nação” como sinônimo de “Terceiro-Estado”, ou seja, daqueles que não faziam parte da nobreza e clero. Ideia, portanto, que incluiria no seu próprio princípio um germe de exclusão.

3. Quando a Revolução fala e pensa a “Nação”: o tema do “estrangeiro” e da “unidade”

- **Na segunda parte do texto, Nora trata de dois temas, nos quais é discutido e divulgado o conceito de “Nação” durante a Revolução: o tema do “estrangeiro” e o tema da “unidade”. Sobre o primeiro, ela argumenta como o novo conceito de nação aboliu a fronteira que separava o rei de seus súditos e passava a enfatizar as fronteiras territoriais. Quais foram as duas dimensões desse entendimento de Nação pela fronteira territorial e quais as consequências políticas desse entendimento?**

Essas eram, ao mesmo tempo, *jurídicas*, definindo nação como uma população de indivíduos iguais em seus direitos e deveres sob autoridade da lei, e *psicológicas*, o que transformou a nação num valor em si, num signo de pertença e instrumento de enraizamento à terra. Segundo Nora, foi esse último significado que radicalizou o que havia de potencialmente agressivo nesse conceito. Ela se voltou contra o rei, que “traí” o pacto que o submetia à nação. Voltou-se também contra o inimigo exterior, em nome do “direito dos povos de se autodeterminarem”. E iria se erguer, sobretudo, contra os inimigos do interior, grupo composto inicialmente pelos aristocratas e os privilegiados, mas que a lógica vez mais radical da revolução levou a um crescimento indefinido.



- **“Unidade” é o segundo dos temas constitutivos da identidade nacional. É o mais importante, segundo Nora, pois, por meio dele, a nação nova se unia a mais antiga. Essa teve, observa o autor, sentidos contraditórios. Quais foram eles?**

O primeiro ligava a “nação” com o esforço secular de unificação realizado pela monarquia, traduzido pela máxima constitucional segundo a qual “o Reino é uno e indivisível”. O segundo sentido está relacionado com o poderoso trabalho em prol da unificação desenvolvido pela Revolução e sua racionalidade unificadora e centralizadora, exemplificados pelos debates sobre a departamentalização e nas reformas dos pesos e medidas e do calendário.

Outro sentido de unidade era a imagem da nação reunida, seja na provação da guerra, face ao poder ameaçado ou na penúria generalizada, enfim, era o sentido da “pátria em perigo”. Por fim, havia o sentido de revolução como valor universal. Nesse caso, a nação revolucionária era vista como matriz da transformação de um universal abstrato, a ideia de “nação”, em um universal concreto; ou seja, Nação Francesa. É esse sentido que explicou como essa ideia foi exportável para além da França, bem como as guinadas da política exterior da Revolução.

4. Os vícios de origem: as deficiências do conceito revolucionário de Nação

- **Nora, por fim, faz um balanço dos problemas do modelo nacional francês que, segundo ela, foram decorrentes de sua origem revolucionária. Quais eram esses problemas?**

Nora observa que a Revolução, ao renegar a herança do Antigo Regime, acabou por alicerçar a continuidade e a unidade nacional negando a unidade e a continuidade construída secularmente durante a monarquia. Como resultado, a experiência política da França foi a de duas nações ao mesmo tempo: a nação monárquica e a de tipo revolucionário, figuras independentes e conflitantes da própria nação. Isso fez da realidade nacional, histórica e política francesa um espaço de conflito irreduzível, uma mútua perseguição de morte.

O segundo efeito da Revolução foi sobre o modelo de formação nacional. Nora observa que essa substituiu brutalmente o modelo de soberania monárquica pelo de soberania nacional: colocou uma noção abstrata no lugar de um símbolo de autoridade que tomava corpo no rei. Isso teria provocado um grande distanciamento nas formas tradicionais de entender o poder, mudança da qual, segundo Nora, os franceses nunca se acostumariam, e que explicava a longa instabilidade política francesa. Por fim, outra inadequação diz respeito à inclinação imperialista mesmo da nação revolucionária que, segundo ele, era resultado do já comentado entendimento da nação francesa como o universal que se realiza no particular.

REVOLUÇÃO

1. O significado de “revolução” antes da Revolução Francesa

- **Quais foram os dois significados de “Revolução” no século XVIII, segundo Mona Ozouf? O que eles tinham em comum?**

Ela assinala que, no século XVIII, Revolução significava retorno de formas que já haviam surgido. Aplicada à história humana, essa definição - chamada de “astronômica” - daria a elas as seguintes características: a necessidade de retorno a um estado anterior; a irresistibilidade; a ordem e a regularidade; o fato de não

(poder) ser realizada pelos homens, e a inexistência, nela, de qualquer novidade.

No outro sentido, radicalmente diferente, “revolução” estava associada ao aparecimento, brusco e caótico, da novidade, ou seja, à multiplicidade dos eventos fora da ordem natural. Dessas duas acepções, a autora assinala o que apresentavam em comum: em ambas, as revoluções eram alheias à vontade e ao controle dos homens. Em suma, os homens, ainda que as sofressem e fossem capazes de identificá-las, não tinham poder de empreendê-las.

2. A “revolução” e o eclodir da Revolução Francesa

- **Como, segundo Ozouf, os primeiros eventos da Revolução Francesa agiriam sobre os significados que os homens deram ao termo?**

Sendo percebida como um grande espetáculo, seu primeiro efeito foi o de desvalidar a ideia segundo a qual a Revolução Francesa poderia ser a restauração de uma ordem social anterior. Desde muito cedo, a Revolução se pensava como um começo absoluto, como genuína novidade, livre de todos os modelos históricos. Além disso, ela também desacreditaria as “revoluções” no plural, identificadas às minúsculas mudanças sem maior importância, para só considerar uma, a Revolução, entendida como fenômeno exemplar e absolutamente singular.

Além disso, tal acontecimento único foi visto também como total. Em outras palavras, havia Revolução quando os homens pretendiam resolver, por seu intermédio, todos os seus problemas, fossem sejam eles políticos, sociais, ou morais. Por fim, Ozouf lembra que essa Revolução total, não mais associada às “catástrofes políticas particulares”, surgiu como acontecimento universal. Ela era entendida como obra de e para um povo inteiro, e não de um grupo particular, ao querer “reconduzir o homem a seu destino primitivo”. Assim, ela era uma promessa que não conhecia fronteiras, e seria aberta a um “futuro ilimitado”.

3. O avanço da Revolução e o advento de novos significados

- **Em seguida, Ozouf observa que o avanço da Revolução e a violência não prevista que a acompanharia iriam conduzir a uma nova transformação na forma com que é percebida. Como era isso?**

Se a Revolução Francesa, em seu arvorecer, pensou-se como uma saída do tempo, mais adiante ela se descobriu como portadora de uma história, história que não cansou de surpreender seus contemporâneos. Isso impunha a elas duas percepções distintas a respeito da Revolução. Numa delas, a revolução não conseguiu se desenvolver livremente, diante dos muitos obstáculos que enfrentara. Logo, era impossível completá-la. Em outra percepção, ela inspirava medo, pródiga que era em eventos imprevisíveis. Por consequência, era impossível interrompê-la.

- **A queda da monarquia, seguida pelo governo jacobino, também implicou em novas transformações importantes no sentido do termo. Quais eram elas?**

Seguindo Condorcet, Ozouf, assinala o entendimento de que a Revolução, uma vez que ainda deveria derrotar as forças contrarrevolucionárias, estava associada a um momento de ilegalidade, de desordem, necessárias, mas provisórias. Com a instalação do governo jacobino, ocorreu mais uma modificação no entendimento da revolução, que, segundo a autora, passou a se definir como um trabalho, cujo sentido se fundamentava na existência dos



inimigos da Revolução, que não cessavam de existir.

Esse entendimento tem três implicações: a primeira consiste em impor a violência e a ilegalidade da Revolução, uma vez que só se assim se venceriam os inimigos da revolução. A segunda consequência consistia em impor uma revolução no interior de cada individualidade, já que o inimigo da Revolução estava alojado em cada um dos atores. A Revolução é a “passagem do mal ao bem, da corrupção à probidade, dos maus aos bons costumes”. A terceira consequência “deduz-se das duas outras: não se poderá derrotar o inimigo e nunca se rematará o empreendimento revolucionário”.

➤ **Por que, após a República Termidoriana, o termo conhece um retrocesso em seu significado?**

Ozouf observa que os anos que se seguiram a Termidor foram ricos em golpes de Estado, o que também alteraria os significados desse termo, que voltaria a significar, como em meados do século XVIII, uma multiplicidade de ações e reações que fugiam ao controle das vontades humanas.

➤ **Ela mostra, em todo caso, que não é esse sentido antigo que prevaleceu. Qual duraria então?**

Por fim, Ozouf observa que foi a concepção jacobina de revolução que deitou raízes nos séculos posteriores. Essa ideia, segundo ela, deveu sua longevidade, sobretudo, por sua promessa: a da igualdade entre os homens, que era preciso sempre recomeçar, uma vez que nunca realizada.

Bibliografia complementar

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1989.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. São Paulo, 1989

HOBBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

LEFORT, Claude. *A Invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Difel, 1974, p. 41-63.

SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.